

**Universidade Federal de Santa Catarina**

Licenciatura e Bacharelado em Letras-Libras na Modalidade a Distância

Autores da primeira edição:

Izete Lehmkuhl Coelho (UFSC)

Isabel de Oliveira e Silva Monguilhott (UFAM/PG-UFSC)

Marco Antonio Martins (PG-UFSC/CNPq)

Texto reeditado por:

Izete Lehmkuhl Coelho (UFSC)

Marco Antonio Martins (PG-UFSC/CNPq)

Lucilene Lisboa de Liz (PG-UFSC/CNPq)

Fabíola Sucupira Ferreira Sell (FASC/IESGF/UNIFEBE)

# Sintaxe



Florianópolis

2009

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	3
Temática I – CONCEITOS BÁSICOS .....	5
Unidade 1: Pressupostos da Teoria Gerativa .....	5
Unidade 2: A formação das sentenças .....	14
Leituras complementares .....	16
Temática II – OS SINTAGMAS .....	17
Unidade 3: Categorias lexicais .....	18
Unidade 4: Categorias gramaticais (ou funcionais) .....	23
Leituras complementares .....	26
Temática III – PREDICADOS E ARGUMENTOS .....	27
Unidade 5: Exigência sintática dos argumentos .....	28
Unidade 6: Papéis temáticos dos argumentos .....	41
Unidade 7: Verbos monoargumentais .....	47
Leituras complementares .....	57
Temática IV – Distribuição dos constituintes na sentença .....	58
Unidade 8: Ordem dos constituintes .....	58
Leituras complementares .....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	66
BIBLIOGRAFIA GERAL .....	68

## INTRODUÇÃO

O objetivo central deste livro-texto é o estudo de alguns aspectos relacionados à sintaxe das línguas naturais, com especial atenção a fenômenos sintáticos do português do Brasil e com tópicos pontuais em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Em tese, considerando o conhecimento adquirido na escola, você já deve saber muita coisa relacionada ao estudo da sintaxe. Para recordar, é importante dizer que a sintaxe é um módulo da gramática que estuda as relações entre constituintes, conforme veremos com mais detalhamento nas páginas que seguem. Você deve estar se lembrando (com certa angústia, talvez) do estudo de sintaxe associado a um livro com regras prescritivas “*do bem falar e escrever*”. A sua lembrança diz respeito a uma possibilidade de estudar sintaxe, mas vamos aqui trilhar um outro caminho.

Antes de mais nada vale lembrar que podemos observar diversos fenômenos (físicos, geográficos, sociais, lingüísticos etc.) no mundo em que vivemos e interpretá-los a partir de uma determinada teoria. Construimos teorias para explicar esses fenômenos. A água, por exemplo, se transforma em gelo quando atinge a temperatura de 0°C, e esse é um fenômeno natural e observável. Em todas as línguas humanas as orações exibem sujeito, e esse é também um fato natural e observável. Assim como na física, em lingüística nos valem de uma teoria para explicar (ou interpretar) fenômenos observáveis.

Neste livro-texto, a teoria utilizada para o estudo de fenômenos sintáticos é a teoria gerativa; mais especificamente a teoria de Princípios e Parâmetros (cf. CHOMSKY, 1981; 1986), que tem o nome de Noam Chomsky como precursor. Há outras possibilidades que não serão trabalhadas aqui – sugerimos que você leia o artigo *Sintaxe* de, Rosane Berlinck, Marina Augusto e Ana Paula Scher (BERLINCK; AUGUSTO & SCHER, 2001) para uma visão geral sobre essa questão.

Nesse sentido, vamos assumir uma concepção de gramática bastante específica neste livro-texto. Com base nos pressupostos da teoria de Princípios e Parâmetros, entendemos gramática como uma teoria sobre o conhecimento lingüístico que um falante tem quando sabe uma língua natural, como o português brasileiro ou LIBRAS, por exemplo. Apresentaremos neste curso as vantagens do estudo da sintaxe a partir da teoria de Princípios e Parâmetros.

O livro-texto contempla quatro temáticas e está dividido em oito unidades: Na Temática I, discutiremos alguns pressupostos basilares da teoria de Princípios e Parâmetros

(Unidade 1) e o processo de formação de sentenças (Unidade 2); na Temática II, colocamos em destaque o estudo dos sintagmas e a relevância das categorias – ou núcleos – na formação de objetos sintáticos, as lexicais (Unidade 3) e as funcionais (Unidade 4). As relações entre predicados e argumentos estão por conta da Temática III; especificamente nesse tema, discutimos a seleção sintática (Unidade 5) e a seleção semântica (Unidade 6) de argumentos e aprofundamos a discussão sobre os verbos monoargumentais (Unidade 7). Na Temática IV, fecharemos este livro-texto com uma discussão sobre a sintaxe da ordem dos constituintes nas línguas naturais (Unidade 8).

Ao longo deste livro-texto sugerimos leituras relacionadas às temáticas aqui discutidas.

Bom curso e boa leitura!

## Temática I – CONCEITOS BÁSICOS

Nesta unidade, vamos traçar discussões a respeito dos pressupostos básicos da sintaxe. Como já foi dito, tomamos as noções de língua, como objeto mental, e de competência lingüística de Chomsky, que você já deve ter visto na disciplina *Introdução aos Estudos Lingüísticos*, para tratar da formação das sentenças. Antes, porém, para início de conversa, sugerimos que você vá ao DVD para retomar algumas noções que você provavelmente traz da escola a respeito de sintaxe e de gramática.

### Unidade 1. Pressupostos básicos da Teoria Gerativa

Sabemos que existe uma infinidade de possibilidades de combinação entre as palavras de uma língua para formar sentenças. Sendo assim, as sentenças de uma língua são bastante diversas entre si, em termos do número de palavras, da ordem em que elas se dispõem e do sentido que expressam. No entanto, apesar dessa diversidade, existem Princípios universais que regulam a formação de sentenças em todas as línguas naturais, existem também regras que variam de uma língua para outra, os Parâmetros, e regras que variam dentro de uma mesma língua.

Antes de avançarmos a discussão, seria interessante esclarecermos a perspectiva que norteará esta disciplina. Como brevemente exposto na introdução, estamos adotando uma perspectiva formalista para o estudo da sintaxe. Esta perspectiva se caracteriza pela preocupação com o aspecto formal da língua sem ênfase à situação comunicativa em que as formas lingüísticas aparecem. Tal perspectiva se baseia nos pressupostos da Gramática Gerativa idealizada por Noam Chomsky no final da década de 50. Para a Teoria Gerativa, a língua é vista como um objeto mental, vinculado a uma capacidade inata do ser humano para compreender e produzir sentenças.

É bom lembrar que a perspectiva formalista não é a única abordagem que temos para estudar as questões sintáticas. Há também a perspectiva funcionalista que, diferentemente da formalista, enfatiza a situação comunicativa na qual as sentenças se inserem, entendendo que a forma como as sentenças se organizam é fruto da necessidade comunicativa do ser humano. O foco dessa perspectiva vai além dos limites da sentença, envolvendo-se com o contexto em que a sentença se insere. Como já dissemos, essa discussão a respeito das diferentes

perspectivas para o estudo da sintaxe é objeto do estudo de Berlinck, Augusto e Scher (2001, p.207-244) o qual sugerimos a leitura.

Voltemos, então, a alguns pressupostos básicos da perspectiva gerativista. Segundo Chomsky, o ser humano é dotado de uma capacidade inata para a linguagem. Como você sabe, o homem, diferentemente dos macacos, dos golfinhos ou das abelhas, é o único animal dotado com a capacidade da linguagem/língua. Embora outros animais de uma forma ou de outra se comuniquem<sup>1</sup>, o homem é a única espécie que combina um certo número de elementos de acordo com determinados princípios para formar sentenças. Essa capacidade que nasce conosco e tem a ver com o tipo específico de estrutura e organização da mente humana é denominada *Faculdade da Linguagem*.

A *Faculdade da Linguagem* é entendida pela gramática gerativa, conforme Raposo (1992, p.15), como “o resultado da interação complexa entre vários sistemas ou módulos autônomos de natureza diversa, caracterizados por regras e princípios específicos a cada um deles”, e não como uma massa homogênea.

Assim como outras faculdades que temos no nosso organismo, a *Faculdade da Linguagem* é dedicada especificamente a alguma função. Nesse caso, à língua. É essa faculdade inata que possibilita a qualquer um de nós a aquisição de uma ou mais línguas particulares (ou naturais).

A *Faculdade da Linguagem* é, no seu estado inicial, igual para todos os seres humanos. Todo o indivíduo que nasce, seja no Brasil ou nos Estados Unidos, por exemplo, nasce com a mesma capacidade de adquirir língua(gem) e parte, portanto, do mesmo estado inicial, denominado pela Teoria Gerativa de Gramática Universal (GU). A GU é, portanto, o estágio inicial da *Faculdade da Linguagem* de um falante que está adquirindo uma língua.

A *Faculdade da Linguagem* vai se modificando de acordo com os estímulos externos, de acordo com as experiências pelas quais cada um vai passando. Por isso, a criança que nasce no Brasil, sendo exposta ao português (do Brasil), vai adquirir essa língua; sendo exposta a LIBRAS, vai adquirir essa língua; sendo exposta ao tucano, vai adquirir essa língua. E a criança que nasce nos Estados Unidos vai adquirir o inglês, a língua de sinais americana ou ainda uma língua indígena a que for exposta. Assim, conforme o ambiente lingüístico a

---

<sup>1</sup> As pesquisas científicas têm mostrado cada vez mais essa capacidade comunicativa dos animais. Ao final desta unidade, você encontrará um exemplo retirado da Revista Discutindo Língua Portuguesa (Ano 1, n. 4, p.07, 2006), intitulado “Fala, Bicho!”. Veja também o site [www.discutindolinguaportuguesa.com.br](http://www.discutindolinguaportuguesa.com.br) e a introdução de Lyons (1987).

que formos expostos a nossa *Faculdade da Linguagem*, inicialmente igual para todos, vai se modificando.

Vale ressaltar que, se não formos expostos a algum estímulo externo, não conseguiremos desenvolver esse conhecimento lingüístico, mesmo com todo o aparato inato para tal capacidade. Esse estímulo externo a que nos referimos são as interações verbais entre a criança e os outros membros da comunidade em que ela se encontra. Caso não haja qualquer interação verbal entre a criança e outros indivíduos mais experientes, não haverá aquisição de língua, pois o estímulo externo é imprescindível para o gatilho necessário à *Faculdade da Linguagem* no processo de aquisição de uma língua particular. Existem alguns casos relatados na literatura, como é o caso dos meninos-lobo que não tendo interação verbal com outros seres humanos não conseguiram desenvolver sua linguagem<sup>2</sup>. Você talvez conheça também relatos de crianças surdas que, sem o conhecimento por parte da família, não interagem verbalmente e desenvolvem, por conta disso, tardiamente a linguagem. No entanto, como essas crianças possuem, como qualquer outra, a *Faculdade da Linguagem* adquirem o conhecimento lingüístico e se tornam capazes de produzir toda e qualquer sentença na língua de sinais.

Parece claro, então, que toda e qualquer criança, seja de qualquer nível socioeconômico ou nacionalidade, partirá do mesmo estado inicial da *Faculdade da Linguagem*. Esse estado inicial, como vimos anteriormente, é a GU, que se constitui de Princípios e de Parâmetros. Os princípios são rígidos, invariáveis e universais, ou seja, válidos para todas as línguas e qualquer gramática final (ou língua particular) terá que apresentá-los. Os Parâmetros são variáveis, ou seja, podem variar de uma língua para outra.

Você está achando essa discussão um pouco abstrata? Vamos tentar entender melhor o que são os *Princípios* e os *Parâmetros* nas línguas naturais, através de exemplos. Como dissemos, os Princípios são universais e, por isso, valem para toda e qualquer língua. Observemos as sentenças a seguir:

- (1) O João<sub>i</sub> disse que ele<sub>i</sub> está doente
- (2) \*Ele<sub>i</sub> disse que o João<sub>i</sub> está doente

---

<sup>2</sup> Ao final desta unidade, você deverá assistir ao filme **Nell**, que será objeto de discussão de uma das atividades propostas nesta disciplina.

O índice  $i$  subscrito indica que os elementos são correferenciais, ou seja, “João” e “ele” se referem a uma mesma pessoa. Enquanto a sentença (1) é bem formada, a (2) não é, pois na sentença (2) o pronome *ele* não pode ter a mesma referência do sintagma *João*. Na verdade, um pronome como *ele* não pode estar co-indexado nesta configuração sintática. E isso parece acontecer com essas sentenças traduzidas para toda e qualquer língua natural. Logo, afirmamos que há um Princípio que rege a combinação dos elementos na sentença, o qual determina quando um nome pode ou não estar co-indexado com um pronome. Agora, retomemos alguns exemplos de Raposo (1992, p. 56), para discutirmos o conceito de Parâmetros:

(3) Eles já chegaram da escola

(4)  $\emptyset$  já chegaram da escola

(5) Ils sont déjà arrivés de l'école

(6) \* $\emptyset$  sont déjà arrivés de l'école<sup>3</sup>

(7) They already arrived from school

(8) \* $\emptyset$  already arrived from school

Você arriscaria uma explicação para o fato de as sentenças (3) e (4) em português brasileiro serem possíveis (gramaticais) e as sentenças (6) em francês e (8) em inglês não? O que está em jogo já não pode mais ser um Princípio, mas um Parâmetro, pois é marcado diferentemente para o português, para o francês e para o inglês, não é mesmo? Observe que enquanto em português a oração é bem formada com realização do sujeito lexical, cf. (3), ou sem, cf. (4), em francês e inglês a boa formação da oração depende da realização lexical do sujeito, conforme os pares em (5)/(6) e (7)/(8).

Se você está lembrado, estamos falando do Parâmetro do sujeito nulo, que você já discutiu na disciplina *Introdução aos Estudos Lingüísticos*. Com base na versão da teoria de Princípios e Parâmetros que utilizamos, esse parâmetro pode ser marcado positiva ou negativamente nas línguas naturais. No caso do português, a marcação parece ser positiva; por

---

<sup>3</sup> O asterisco no início da sentença (\*) indica que é uma sentença mal formada ou agramatical numa determinada língua natural.

isso, podemos ter sentenças sem o sujeito expresso ou foneticamente realizado, como em (4). Por outro lado, o francês e o inglês marcam esse Parâmetro negativamente, já que não permitem sentenças sem o sujeito expresso ou foneticamente realizado, como em (6) e (8). A marcação do valor positivo ou negativo do parâmetro é feita pela criança a partir da informação lingüística contida nos dados a que ela está exposta no período de aquisição da linguagem.

No momento em que a criança passa a fixar ou estabelecer os parâmetros da gramática de sua língua particular, com base nos dados lingüísticos que estão ao seu alcance, a gramática da criança vai se constituindo, vai amadurecendo. As *gramáticas das línguas particulares* se constituem, então, de Princípios e de Parâmetros já fixados. Como dissemos anteriormente, a Gramática Universal (GU) é o estado inicial da *Faculdade da Linguagem*. Já a gramática do indivíduo adulto, vista como a evolução da Gramática Universal, constitui o estado final.

Retornemos, agora, ao conhecimento inato que nos capacita a distinguir se uma sentença faz parte ou não da gramática da nossa língua materna; ou seja, o conhecimento que nos possibilita dizer que as sentenças (9) e (10) do português são bem formadas e a (11) não é.

(9) O menino caiu

(10) Caiu o menino

(11) \*Menino o caiu

Como você pode constatar as sentenças em (9) e (10) são bem formadas em português. Já a em (11) não parece uma sentença possível no português. Por quê? Embora haja diferentes possibilidades de combinar as inúmeras palavras de uma língua, existem algumas regras que impedem, por exemplo, a combinação em (11) em que o artigo “o” não está antecedendo o substantivo “menino”. Essas regras são, na verdade, Princípios universais obedecidos por todas as gramáticas das línguas naturais; as gramáticas impõem uma série de restrições para tais combinações.

O domínio que temos da nossa língua materna tem sido tratado na teoria Gerativa de *competência*. A competência, nesse sentido, é o conhecimento mental e inato que permite a

aquisição da gramática de uma língua natural, assim como permite também o reconhecimento das estruturas geradas por essa gramática internalizada.

Para ilustrar ainda mais o que estamos dizendo, consideremos agora os seguintes exemplos em (12) e (13):

(12) a. Maria saiu sem a bolsa

b. \* sem a Maria saiu a bolsa

(13) a. Os meninos foram embora

b. \* meninos embora foram os

Observamos que as sentenças em (12b) e (13b) são agramaticais, pois não as reconhecemos como pertencentes à gramática da língua portuguesa, diferentemente do que acontece com as sentenças em (12a) e (13a), que são gramaticais. Dessa forma, podemos afirmar que o conhecimento que nos capacita distinguir as sentenças (a) das sentenças (b) está relacionado à competência dos falantes que sabem português.

As diferentes possibilidades de uso das sentenças em (12a) e (13a) relacionadas a diferentes contextos sócio-culturais fazem parte do que se conhece na literatura gerativa como *performance* ou *desempenho*. Vejamos um exemplo. Pelo que foi dito acima, todos nós temos a mesma *competência* lingüística, ou seja, todos nós indistintamente somos capazes de avaliar as sentenças da nossa língua: se são gramaticais ou não; se fazem parte da gramática da nossa língua ou não. No entanto, observamos no dia-a-dia que algumas pessoas convencem, persuadem, emocionam melhor lingüisticamente do que outras. Você arriscaria uma hipótese para o que as diferencia então?

O que faz com que algumas pessoas sejam mais habilidosas do que outras no uso concreto da língua, nesse sentido, faz parte do *desempenho*. Assim como algumas nascem mais habilidosas para nadar, outras nascem com habilidades manuais e outras são mais hábeis com o uso da palavra: seja convencendo, como é o caso dos publicitários talentosos; seja emocionando, como alguns poetas. Essa habilidade em parte também pode ser desenvolvida ao longo dos anos, seja na escola ou com o estímulo da família, de amigos etc., pela leitura e produção textual.

Para ilustrar como essa habilidade no uso concreto da língua varia de pessoa para pessoa, diferenciando assim competência de desempenho, na proposta da teoria gerativa,

tomemos emprestado um exemplo retirado de Negrão *et al.* (2002, p.114). Primeiramente, temos um bilhete escrito por alguém que perdeu o pai e, ao aproximar-se o dia de finados, faz um pedido a um amigo:

*Como amanhã é dia de finados, eu queria pedir pra você ir ao cemitério visitar o meu pai. Eu gostaria que você pusesse umas flores no túmulo dele e que rezasse, não por ele, mas por mim que, por ter guardado na lembrança somente os momentos de amargura, me sinto tão morto quanto ele.*

A seguir, você encontrará o poema escrito por Manoel Bandeira sobre a mesma temática:

### **Poema de Finados**

*Amanhã que é dia dos mortos*

*Vai ao cemitério. Vai*

*E procura entre as sepulturas*

*A sepultura de meu pai.*

*Leva três rosas bem bonitas.*

*Ajoelha e reze uma oração.*

*Não pede pelo pai, mas pelo filho:*

*O filho tem mais precisão.*

*O que resta de mim na vida*

*É a amargura do que sofri.*

*Pois nada quero, nada espero.*

*E em verdade estou morto ali.*

(Manuel Bandeira. *Estrela da vida inteira*. Rio de Janeiro: José Olympio/Instituto Nacional do Livro, 1970, p.128-129, *apud* Negrão *et al.*, 2002, p. 114)

Parece ficar claro, a partir desses exemplos, que tanto o autor do bilhete quanto Manuel Bandeira produzem sentenças bem formadas, ou seja, ambos são competentes

lingüísticamente. No entanto, existem diferenças no uso concreto da língua, não é mesmo? Essas diferenças dizem respeito ao desempenho, à performance dos autores.

Você pode estar pensando também nos casos de lapsos de memória, desvios de atenção, distrações, hesitações, que são tão comuns no uso da língua no dia-a-dia. Para ilustrar essa questão, tomemos emprestado mais um exemplo das autoras (Negrão *et al.*, 2002, p.116):

*Ontem eu conheci um cara, que é amigo do João, se lembra?, aquele João que estudou comigo no primário, que era filho de um homem importante, agora não me lembro dele, mas acho que ele era dono de um jornal ou de uma revista, ou talvez fosse um político, não sei mais, só sei que ele tinha um bigode de todo tamanho... Mas do que é mesmo que eu tava falando?*

Nesse caso, temos um fragmento de fala e, por isso, também estamos falando do “uso concreto da língua” que diz respeito ao desempenho do falante.

Em síntese, vimos, nesta unidade, que a *Faculdade da Linguagem* é uma capacidade humana inata que nos possibilita adquirir a gramática de uma língua natural. O estado inicial da *Faculdade da Linguagem* é o que chamamos Gramática Universal (GU). A GU é constituída de princípios (válidos para todas as línguas) e parâmetros (variáveis de uma língua para outra). De acordo com os estímulos externos a que somos expostos, a FL, que inicialmente é igual para todos os seres humanos, vai se modificando a partir da fixação dos parâmetros da(s) língua(s) que estamos adquirindo.

Vimos também que os seres humanos nascem dotados de uma capacidade para a linguagem. Essa capacidade inata que temos para adquirir a gramática de uma língua a que fomos expostos quando crianças é conhecida como competência. Já o uso concreto desse conhecimento, que varia de um indivíduo para outro, é o que define o *desempenho* ou *performance*.

## FALA, BICHO!

Todos sabemos que vários animais são dotados de certa capacidade comunicativa. Mas em que medida ela se diferencia ou se aproxima da linguagem humana? Duas pesquisas recentemente divulgadas trouxeram dados a favor da maior complexidade da inteligência e da comunicação animal.

Um grupo da universidade britânica de St. Andrews, coordenado por Vincent Janik, obteve evidências de que a espécie de golfinho denominada *Tursiops truncatus* apresenta seqüências sonoras análogas aos nomes próprios da fala humana. Trata-se de um tipo de som único para cada indivíduo, o chamado "assobio-assinatura".

Para testar o seu "significado", Janik e equipe simularam em computador vocalizações características de certos indivíduos em um grupo de golfinhos selvagens. Os sons atraíram a atenção de animais aparentados àquele cuja assinatura estava sendo imitada, o que foi interpretado como uma evidência a favor da existência dos nomes próprios.

Já o pesquisador Timothy Gentner, da Universidade da Califórnia (EUA) treinou estorninhos (uma espécie de ave européia) a reconhecer seqüências específicas de diferentes sons que o macho da espécie utiliza em seu canto.

O interessante é que se tratava de certas sonoridades que se repetiam à semelhança de frases às quais se aplica o princípio da recursividade. Como todos podemos verificar intuitivamente, podemos criar frases em que certos elementos se repitam indefinidamente. Exemplos extremos seriam enunciados "circulares", como: "A publicidade divulga o que desejam as pessoas, que desejam o que lhes divulga a publicidade, que divulga o que as pessoas desejam...", num processo que pode ser literalmente infinito. Essa sempre foi tida como uma capacidade característica da linguagem humana. Como os nomes próprios.



Fonte: Revista Discutindo Língua Portuguesa, Ano 1, n. 4, p.07, 2006.

## Unidade 2. A formação das sentenças

Como já vimos ao longo da Unidade 1, a sintaxe trata especificamente da estrutura das sentenças. Essas são geradas a partir da combinação entre os elementos de uma língua. Vimos também que os elementos que formam as sentenças não se combinam aleatoriamente. Os seus constituintes obedecem a determinadas regras para se combinarem e respeitam uma hierarquia dentro da sentença. São essas as noções que vamos retomar agora.

Para entendermos o que são constituintes, recorremos a Perini (2001, p.44). Segundo o autor, **constituintes** são certos grupos de unidades que fazem parte de seqüências maiores, mas que mostram um determinado grau de coesão entre eles. Observe a oração em (14), a seguir.

(14) A casa de Lulu é azul e branca.

Na oração em (14) os falantes percebem que *a casa de Lulu* forma uma unidade, o que não se verifica com *Lulu é azul*. Dizemos então que *a casa de Lulu* é um **constituente** e que *Lulu é azul* (na frase em (14) não é um constituinte.

A idéia é que as orações são formadas de constituintes, muitas vezes uns dentro dos outros. Assim a oração em (14) poderia ser analisada como contendo, entre outros, os constituintes seguintes:

[a casa de Lulu é azul e branca]

[a casa de Lulu]

[casa de Lulu]

[azul e branca]

[é azul e branca]

Note-se que certos constituintes estão dentro de outros: o constituinte [*a casa de Lulu*] está dentro do constituinte [*a casa de Lulu é azul e branca*], e o constituinte [*azul e branca*] está dentro do constituinte [*é azul e branca*], que por sua vez está dentro de [*a casa de Lulu é azul e branca*]. Note-se que a oração completa é igualmente um constituinte.

Você deve lembrar das análises gramaticais feitas na escola. Na sentença em (14), certamente você classificaria *a casa de Lulu* como sujeito e *é azul e branca* como predicativo do sujeito, mas não classificaria *Lulu é azul*, não é mesmo? E isto porque *Lulu é azul* não é um constituinte.

Esses constituintes são organizados em categorias gramaticais. Desde muito cedo (e isto faz parte da nossa competência lingüística), embora não tenhamos consciência disto, reconhecemos e somos capazes de agrupar as palavras da nossa língua de acordo com suas propriedades gramaticais.

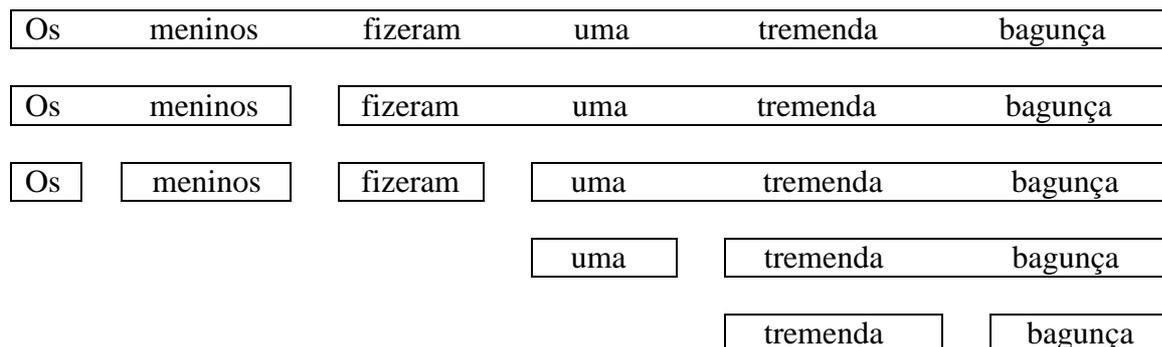
Se pedirmos, por exemplo, a qualquer falante de português para agrupar palavras como: *menino, brincamos, gato, mesa, cantou e jogarei*, ele não terá dificuldade em dizer que *menino, gato e mesa* são palavras que compartilham certas características, assim como *brincamos, cantou e jogarei*, também apresentam características em comum. Os falantes sabem que cada um destes grupos pertence a uma determinada categoria gramatical. Sabem ainda que o grupo de palavras constituído por *menino, gato e mesa* não varia de acordo com o tempo que a sentença quer expressar (se passado, presente ou futuro) ou com as marcas da pessoa que o antecede, por isso, os falantes não flexionam essas palavras como: *meninamos, gatou ou mesarei*, flexões verbais, nem mesmo as crianças em processo de aquisição da linguagem; evidência de que há algo inato determinando esse conhecimento. Já o grupo de palavras formado por *brincamos, cantou e jogarei*, apresenta a propriedade de indicar tempo e de assumir formas variadas dependendo dos traços morfológicos de seus sujeitos. Essas marcas morfológicas fornecem pistas para que o falante possa distinguir a categoria gramatical de verbo, por exemplo. Outro critério que nos fornece pistas da categoria gramatical de um determinado item lexical é a posição que ele ocupa na sentença. Voltaremos a essas questões na Temática II, na seqüência.

Os constituintes se combinam hierarquicamente para formar sentenças. Isso quer dizer que as sentenças se organizam em constituintes que, por sua vez, são formados de outros constituintes. Vamos analisar o exemplo em (15), a seguir:

(15) Os meninos fizeram uma tremenda bagunça

Sabemos que para formar essa sentença, primeiro, temos de juntar a palavra *bagunça* com *tremenda* formando o constituinte hierarquicamente superior [*tremenda bagunça*] que se

junta ao item lexical *uma* formando o constituinte hierarquicamente superior [*uma tremenda bagunça*]. Fazemos isso também com o vocábulo *meninos* que se junta a *os* formando o constituinte [*os meninos*]. A forma verbal *fizeram*<sup>4</sup> se junta ao constituinte [*uma tremenda bagunça*] formando um constituinte hierarquicamente superior [*fizeram uma tremenda bagunça*] que, por fim, se junta ao constituinte [*os meninos*] formando a sentença. A combinação dos constituintes que formam a sentença em (15) está representada abaixo:



Em resumo, as sentenças são formadas de constituintes, que se organizam em categorias gramaticais, de acordo com suas propriedades gramaticais, ou seja, a partir das características compartilhadas com outros constituintes. Os constituintes, para formar sentenças, combinam-se de forma hierárquica. Como já dito, essa questão será retomada nas próximas unidades.

## LEITURAS COMPLEMENTARES

MIOTO, Carlos; FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina; LOPES, Ruth. *Novo Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular, 2004 (capítulo 1).

NEGRÃO, Esmeralda, SCHER, Ana Paula e VIOTTI, Evani de Carvalho. A competência lingüística. In: FIORIN, José Luiz (org.) *Introdução à Lingüística II: Princípios de análise*. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

RAPOSO, Eduardo Paiva. *Teoria da gramática. A faculdade da linguagem*. 2. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1992 (capítulo 1).

<sup>4</sup> Observe que a forma verbal *fizeram* poderia se desmembrar morfológicamente (radical+desinências).

## Temática II – OS SINTAGMAS

Você já parou para observar os vocábulos que compõem as diversas línguas particulares como a LIBRAS, o português, o inglês, o japonês etc?. Num primeiro momento, uma coisa é certa: conseguimos em todas as línguas particulares dividir os vocábulos em (no mínimo) dois grandes grupos<sup>5</sup> - os Nomes e os Verbos. Uma outra grande questão que se coloca é: por que precisamos dividir os vocábulos de uma língua e classificá-los? E o que é muito interessante numa possível classificação é que dispomos de diferentes classes de vocábulos (o que chamaremos de átomos lingüísticos) para, a partir de certa “criatividade”, gerar um número infinito de sentenças nas mais variadas línguas naturais.

É importante lembrar que, de acordo com discussão nas Unidades 1 e 2, fazer sintaxe é recursivamente juntar elementos, constituintes, sintagmas, em busca de unidades maiores, mais complexas e elaboradas, portanto. No processo de junção, a noção de hierarquia é fundamental tendo em vista que para fazer sintaxe não juntamos aleatoriamente os elementos. Você certamente nunca entrou em contato com uma sentença como (16), a seguir. No entanto, consegue atribuir um significado à sentença. Um dos motivos pelos quais isso é possível é que conseguimos **decompor** a sentença em (16) em constituintes menores: [*uma aranha vermelha*]; [*avançou*]; [*o sinal azul na Avenida Beira Mar*]. Ou ainda: [*uma aranha*]; [*aranha*]...

O que fizemos num primeiro momento foi dividir a sentença em sintagmas (nominais e verbais); depois dividir os sintagmas (no caso um nominal) em constituintes menores (os átomos lingüísticos) – artigo, nome, adjetivo.

(16) Uma aranha vermelha avançou o sinal azul na Avenida Beira Mar em Florianópolis

Está claro para você o que é um constituinte? Olhemos mais de perto para esta noção. Podemos dizer que *um constituinte é uma unidade sintática construída hierarquicamente*. Nesse sentido, um sintagma se constitui a partir de relações (hierárquicas) e se pensarmos nestas relações a partir dos diferentes vocábulos que constituem uma sentença como (16), por exemplo, observamos que nos três sintagmas elencados acima todas as demais palavras estão relacionadas ora a um nome [*aranha*]/[*sinal*] e ora a um verbo [*avançar*]. Observamos, então,

---

<sup>5</sup> Observe que esta classificação dos vocábulos formais das línguas foi proposta já por Aristóteles.

que todo constituinte se constrói a partir de um núcleo. Este núcleo, por sua vez, pode ser lexical ou funcional.

Nas Unidades 3 e 4, a seguir vamos olhar, mais detalhadamente, para algumas das características das categorias – ou núcleos – lexicais, especialmente aquelas atreladas aos nomes, aos verbos, aos adjetivos e às preposições, e das categorias funcionais (ou gramaticais).

### Unidade 3. Categorias lexicais

Vamos retomar a discussão a respeito dos nomes e verbos. Observando os itens lexicais de uma língua, como o português ou LIBRAS, por exemplo, percebemos que tais itens podem (de acordo com critérios morfológicos, distribucionais e semânticos) ser classificados num número finito de categorias lexicais. O que parece ser uma propriedade universal nas mais variadas línguas naturais é a divisão das palavras (ou do léxico, num uso mais técnico do termo) a partir dos traços verbais e nominais. Podemos, pois, com base nesses dois traços (verbal e nominal) descrever quatro (grandes) categorias lexicais nas línguas naturais: aquelas que têm traços nominais, mas não têm traços verbais: os NOMES; aquelas que têm traços nominais e traços verbais: os ADJETIVOS; aquelas que não têm traços nominais nem traços verbais: as PREPOSIÇÕES; e aquelas que não têm traços nominais e têm traços verbais: os VERBOS. Pois bem, temos, como você pode perceber, quatro núcleos lexicais que estão representados no *quadro 1* abaixo<sup>6</sup>:

**QUADRO 1.** Núcleos lexicais

	[+N]	[-N]
[-V]	NOME	PREPOSIÇÃO
[+V]	ADJETIVO	VERBO

Diríamos que os traços são, de fato, os melhores amigos dos lingüistas, ou daqueles que se interessam por descrever e explicar os (diversos) fenômenos atrelados às línguas naturais. Sobre os traços verbais e nominais, em específico, e considerando algumas

---

<sup>6</sup> Para uma discussão mais detalhada a respeito deste assunto, sugerimos a leitura dos capítulos I e II de Miotto, Figueiredo Silva e Lopes (2004).

propriedades (i) morfológicas, (ii) distribucionais e (iii) semânticas dos itens lexicais que compõem o léxico das línguas naturais, busquemos compreender as características das categorias (ou núcleos) lexicais aqui estudadas: *os nomes, os verbos, as preposições e os adjetivos*.

Mesmo sem reconhecer o item lexical *fedruxar* em (17) e (18), como uma palavra do português, conseguimos perceber algumas propriedades deste vocábulo tendo em vista os critérios (i), (ii) e (iii) já por nós listados<sup>7</sup>. Em primeiro lugar, observamos na sentença em (17) que o vocábulo *fedruxar* apresenta uma morfologia particular que “carrega” tempo/modo e pessoa/número nas flexões *-vá* e *-mos*, respectivamente. Percebemos ainda que tal vocábulo está distribucionalmente alocado numa determinada posição da estrutura, de modo que preferencialmente tal posição parece ser aquela entre um agente “aquele que faz a ação de *fedruxar*” e um objeto “a coisa *fedruxada*”, como em (17). A sentença (18) em que o vocábulo *fedruxar* aparece numa posição final da estrutura não nos parece ser uma sentença boa em português. Em terceiro lugar, percebemos que o item *fedruxar* está semanticamente relacionado a outros constituintes [*Maria e eu e o cabelo*], de modo que atribuímos ao primeiro constituinte [*Maria e eu*] um papel de agente e ao constituinte [*o cabelo*] um papel de tema. Essa discussão será retomada na Temática III.

(17) A Maria e eu *fedruxavámos* o cabelo

(18) ? A Maria e eu o cabelo *fedruxávamos*<sup>8</sup>

(19) *Fedruxar* [*A Maria; o cabelo*]

Observamos que as propriedades morfológicas, distribucionais e semânticas depreendidas de um vocábulo desconhecido, como o item *fedruxar* em (17), numa estrutura são aquelas compartilhadas por muitos outros vocábulos classificados como *verbos* em português. Mais especificamente, reconhecemos que o vocábulo em questão estabelece uma relação entre os demais elementos que constituem a sentença, propriedade esta característica

---

<sup>7</sup> Percebemos ainda outros elementos como o fato de este vocábulo ser formado por uma seqüência de sons que se combinam em sílabas com uma determinada seqüência CV/CCV/CVC, de acordo com o padrão fonotático do português do Brasil, conforme você viu na disciplina de Fonética e Fonologia.

<sup>8</sup> O ponto de interrogação “?” indica que a estrutura parece não ser uma sentença bem formada nessa língua; no caso apresentado em (18), por questões relacionadas com a ordem dos constituintes.

dos verbos. Esse conhecimento não nos é ensinado. Ele faz parte da nossa competência lingüística como falantes de português.

Observe agora o vocábulo *apalaia* nas sentenças em (20)-(23), a seguir. Você certamente nunca entrou em contato com esse vocábulo em português. No entanto, observando as estruturas nas quais ele aparece e tendo em vista os critérios morfológicos, distribucionais e semânticos, conforme discutimos acima, você é capaz de classificar (minimamente, ao menos) esse vocábulo na gramática do português. Qual classificação você arriscaria?

(20) A *apalaia* está quebrada

(21) As *apalaias* quase sempre quebram

(22) As belas *apalaias* quase sempre quebram

(23) A Maria gosta de *apalaias* quebradas

Vejamos. A começar pela morfologia depreendida a partir da observação (sempre numa relação de oposição) das sentenças (20) e (21), constatamos que a marca de plural se dá no vocábulo com o acréscimo do morfema *-s*. E, ainda, ao pluralizarmos o item lexical *apalaia*, acrescentamos também uma marca de plural, estabelecendo uma relação de concordância, no artigo *a*, que antecede o item *apalaia*, cf. (21). Você certamente identifica que essa marca morfêmica é particular a muitas outras palavras do português, tais como nos vocábulos *mesas*, *chinelos*, *cachorros* etc. Tais vocábulos nomeiam o mundo (em que vivemos e até mesmo aqueles que idealizamos ou inventamos). Reconhecidamente *apalaia*, nesse contexto, nomeia algo que nem mesmo sabemos do que se trata, mas sabemos certamente que esse vocábulo está de fato nomeando uma substância nas sentenças listadas acima.

Ainda dentro do Sintagma Nominal das sentenças em questão, identificamos que a posição estrutural em que o vocábulo *apalaia* aparece possui determinadas propriedades bastante específicas. Em todas as posições, no entanto, *apalaia* é o núcleo do sintagma nominal. E mais: de acordo com o arranjo sintático (ou com a formação composicional) em (21), observamos que o item lexical *apalaia* (seja lá qual substância tal coisa nomeie no mundo) possui algumas propriedades semânticas, como a de ser quebrável, por exemplo.

Em linhas gerais, estamos diante de um vocábulo que nomeia uma determinada substância, cujas propriedades nos conduzem a classificá-lo como um *nome* na gramática do português. Observe que essa classificação é depreendida somente a partir das propriedades morfológicas, distribucionais (ou sintáticas) e semânticas que tal item estabelece na relação com os demais vocábulos numa determinada estrutura. Essas propriedades, como já destacamos, fazem parte da gramática da língua adquirida.

Vimos até aqui, com exemplos do português, as propriedades de duas (grandes) classes de vocábulos que constituem as diversas línguas naturais: os nomes e os verbos. É importante observar que os nomes estão sempre associados a **substâncias** enquanto os verbos a **relações**. Como vimos nos exemplos acima, de um lado, reconhecemos em *fedruxar* uma relação entre os constituintes de uma determinada sentença e que é através desta relação que caracterizamos (e classificamos) este item lexical como um verbo. De outro lado, mesmo não reconhecendo o vocábulo *apalaia* como um item lexical do português, atribuímos a ele uma substância o que o caracteriza (ou classifica) como um nome. Observe os exemplos a seguir.

(24) A Maria colocou o livro sobre a mesa [*em cima; abaixo; sobre a*]

(25) \*A Maria colocou o livro mesa

Num primeiro momento é bastante tranquilo reconhecer o verbo *colocou*, tendo em vista a relação que este item estabelece com os demais itens da estrutura (*colocar [Maria; o livro; a mesa]*) em (24). Reconhecemos ainda que os itens relacionados ao verbo são substâncias e, por tal motivo, os reconhecemos como nomes (substantivos) nas sentenças (24) e (25). Nesse contexto, o que você diria acerca do item lexical *sobre* na sentença (24)? Observe a sentença (25) em que o item *sobre* não está presente.

Podemos constatar que o que garante a realização do vocábulo *mesa* na sentença (24) é a preposição *sobre* [*em cima; abaixo; sobre a*]. Nesse caso, é a preposição que seleciona o item *mesa*. Observe na sentença (26), a seguir, que o item lexical *sobre* possui algumas restrições de seleção. Ele não pode selecionar um item como *amor*, por exemplo, como evidencia a estrutura a seguir.

(26) ?A Maria colocou o livro sobre o amor

Itens lexicais como *sobre* [*em cima; abaixo; sobre a*] são classificados como preposições tendo em vista que tais itens estabelecem relações entre substâncias e são núcleos lexicais porque selecionam determinados elementos (ou constituintes) com base em propriedades distribucionais e semânticas.

As preposições são marcadas pelos valores negativos [-Verbais; -Nominais] por não apresentarem traços nominais de gênero e de número, nem traços verbais de tempo, modo e pessoa. Os vocábulos com essas propriedades formam uma classe fechada nas gramáticas das línguas, resistindo à formação de novos itens e não se derivam produtivamente a partir de um radical que dá origem a vocábulos de outras classes.

Observe agora o item *fininha* nas sentenças (27)-(29), a seguir. Você reconhece nele uma relação? Certamente não. A relação entre os itens das sentenças é estabelecida pelo item *cortou* (*cortar* [*Maria; a cebola*]). Reconhece então no item *fininha* uma substância? Também não. Reconhecemos em *Maria* e *cebola* tal propriedade, conforme delineamos acima para o item *apalaia*.

Valendo-nos das propriedades (i) morfológicas, (ii) distribucionais e (iii) semânticas vamos delinear as características do item *fininha* nas sentenças a seguir.

(27) A Maria cortou a cebola *fininha*

(28) A Maria cortou as cebolas *fininhas*

(29) A Maria cortou *fininha* a cebola

Em primeiro lugar, observamos que o item lexical *fininha* entra numa relação de concordância de gênero e de número com o item *cebola* em (27) [*cebola fininha* – *feminino/singular*] e em (28) [*cebolas fininhas* – *feminino/plural*]. Percebemos essa relação devido à marca morfológica nos itens em questão. Você pode perceber que nessas sentenças o item lexical *fininha* está, de algum modo, relacionado ao item *cebola*. Em segundo lugar, podemos salientar que os itens *cebola(s)* e *fininha(s)* nas sentenças (27) e (28) estabelecem uma relação semântica entre si. Nesse contexto, são as cebolas que a Maria cortou que têm a propriedade e/ou característica de serem fininhas (e não as de serem grossas, por oposição). Em outras palavras, percebemos que *fininha* é a propriedade da cebola cortada pela *Maria*. Há, pois, uma relação entre os itens *cebola* e *fininha*.

Uma terceira questão é a ordem do item *fininha* em relação ao item *cebola* na estrutura da sentença. Observe que na estrutura (29) o item lexical *fininha* precede o item *cebola*. A relação semântica é estabelecida agora entre os itens *fininha* e *cortou*, ou seja, *fininha* é a qualidade dos cortes que a Maria fez na cebola. Neste caso, o item lexical *fininha* está qualificando, de algum modo, o evento de cortar executado pela Maria e não a qualidade (*fininha* ou *grossa*) da cebola.

Observe os exemplos em (30) e (31), a seguir.

(30) Maria cortou a(s) cebola(s) fininho

(31) Maria cortou fininho a(s) cebola(s)

Podemos constatar que itens lexicais como *fininho* na gramática das línguas naturais podem depender de propriedades morfológicas, distribucionais e semânticas se relacionar a nomes (substâncias), adjetivando-os (qualificando-os), ou a verbos (relações) caracterizando a relação por eles estabelecida. Não somente os critérios distribucionais caracterizam o item *fininho* como estando relacionado ao verbo. Em (30), por exemplo, ele está numa posição privilegiada para o adjetivo no português, ou seja, após o substantivo, mas a morfologia de masculino singular estabelece a relação desse item como o evento (de cortar a cebola) realizado pela Maria.

Sumarizando as questões discutidas nessa Unidade 3, as categorias ou núcleos lexicais possuem a propriedade de selecionar elementos tendo em vista determinadas características (morfológicas, distribucionais e semânticas) na derivação de objetos sintáticos. A partir de apenas dois traços distintivos, portanto, os núcleos lexicais podem ser classificados em verbais [+V; -N], nominais [-V; +N], adjetivais [+V; +N] e preposicionais [-V; -N].

#### Unidade 4. Categorias gramaticais (ou funcionais)

Vimos, na unidade 3, que os núcleos lexicais nos permitem fazer sintaxe, ou seja, juntar elementos recursivamente para formar constituintes maiores, mais complexos, portanto. Nossa competência lingüística, no entanto, dispõe de um outro conhecimento para que possamos fazer sintaxe: reconhecemos categorias gramaticais (ou funcionais) nos constituintes complexos formados. Pensemos. Temos categorias lexicais (e dentre elas os

núcleos nominais, verbais, preposicionais e adjetivais que se juntam, ou se combinam, na sintaxe. Essa “junção” ou “combinação”, por sua vez, é guiada, também, por categorias funcionais. Diríamos que são as categorias funcionais que fazem a máquina da sintaxe efetivamente funcionar; ou, ainda, que a sintaxe é motivada pela manifestação dos traços das categorias funcionais. Observe as sentenças a seguir.

(32) A Maria cortou/cortava o bolo/A Maria cortará o bolo

(33) A Maria vai cortar o bolo

(34) \*A Maria cortar o bolo

(35) A Maria vai cortar o bolo amanhã/hoje/agora/\*ontem

De algum modo as línguas naturais, ao “combinar” os elementos para formar constituintes, precisam sinalizar (ou, em outras palavras, marcar) propriedades como Tempo, Modo e Aspecto, por exemplo. No caso do português a marca de tempo e de modo tem que vir necessariamente expressa no verbo da estrutura, isso faz com que a sentença (32) seja agramatical (ou não possível) na gramática dessa língua. O que é interessante destacar é que a categoria tempo, aspecto e modo é expressa no português, muitas vezes, na morfologia do verbo principal como em (32) ou no verbo auxiliar como em (33), muito embora possamos ainda marcar o tempo, modo (e aspecto) também com alguns advérbios, como em (35).

Além dos traços flexionais<sup>9</sup> de tempo, modo e aspecto, as línguas naturais dispõem, ainda, de traços de número e de pessoa (nos itens verbais) e também de gênero (nos itens nominais). Observe as sentenças a seguir.

(36) A Maria ganhou um presente

(37) A Maria e a Joana ganhariam um presente

(38) Eu, a Maria e a Joana ganharemos um presente

Percebemos que as marcas morfológicas sublinhadas nos verbos das estruturas carregam traços de pessoa e número [*ganhou* → 3ª pessoa do singular; *ganhariam* → 3ª

---

<sup>9</sup> A distinção entre morfologia flexional e morfologia derivacional foi trabalhada já no curso de morfologia. Caso você tenha dificuldades em articular esses conceitos releia o Capítulo 10 de Mattoso Câmara Jr. (1970) e o Capítulo 9 de Rocha (1998).

*pessoa do plural; ganharemos* → 3ª *pessoa do plural*] e de tempo e modo [*ganhou* → *pretérito perfeito do Indicativo; ganhariam* → *futuro do pretérito do Indicativo; ganharemos* → *futuro do presente do Indicativo*]. Há, pois, uma sintaxe na formação quer da estrutura morfológica do verbo quer da sentença. Como podemos observar, no português a estrutura de flexão do verbo se dá a partir da raiz, da vogal temática (se for o caso), do morfema de tempo e modo e do morfema de número e pessoa. Retomando as sentenças listadas acima, não podemos formar o item \**ganhamosre* ou \**mosreganha*, por exemplo.

Observamos, ainda, que há uma morfologia bastante específica para os verbos na gramática do português, de modo que as regras que operam na gramática dessa língua não permitem fazer sintaxe, ou juntar morfemas de tempo e modo ou de número e pessoa a itens não verbais, como mostra a agramaticalidade de itens como \**mesamos* e \**Mariaei*, por exemplo.

Sem que nos tenham dito, somos capazes de saber que, no português, podemos juntar o morfema *-vel* a um item lexical como *surfe* e formar [*surfável*]; no entanto, nunca podemos juntar esse morfema a um item como *mesa* para formar [*\*mesável*], por exemplo. Nossa competência lingüística como falantes de português nos permite depreender tal processo (gramatical) de maneira bastante natural. Uma criança em fase de aquisição pode até generalizar um processo gramatical de uma Língua, e produzir um item como “fazi” tendo em vista que essa é a marca morfológica que designa a primeira pessoa do singular no pretérito perfeito do indicativo de modo mais regular no português, em vocábulos como “dormi”, “comi”, “li”, “escrevi” etc. Percebemos, todavia, que não podemos juntar determinados morfemas a determinados vocábulos, de modo que há uma regra bastante clara que nos permite juntar o morfema *-vel* a verbos e não a nomes, por exemplo.

Para ilustrar o que foi dito acima, observe algumas situações descritas em Rocha (1998), em que novas palavras foram criadas.

*Situação 1: pai e filho passeiam pelo terreiro. De repente, o filho vê uma formiga e pisa em cima dela. Como ela permanece imóvel, o filho afirma:*

— *Pai, a formiga morreu!*

*Segundos depois, a formiga volta a andar e o filho exclama:*

— *Pai, a formiga desmorreu!*

*Situação 2: Perguntando sobre o que seria quando crescer, o mesmo “filho” da situação 1 respondeu:*

— *Fabricador de carro!*

*Situação 3: Em seu conhecido programa de televisão, o entrevistador Jô Soares, após saber que determinado integrante de uma banda tinha o costume de colocar apelido em todo mundo, exclamou:*

— *Ah, esse é o apelidador da turma!*

(ROCHA 1998, p. 21)

Em resumo, os constituintes ou núcleos funcionais possuem a propriedade de selecionar argumentos. Esses núcleos estão associados a funções gramaticais (como a de carregar traços de tempo, aspecto, modo e de pessoa, número) nas línguas naturais.

## **LEITURAS COMPLEMENTARES**

MATEUS, Maria Helena Mira; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês & FARIA, Isabel Hub (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. 6ª ed. Lisboa: Caminho. (Introdução e 1º Capítulo)

MIOTO, Carlos; FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina; LOPES, Ruth. *Novo Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular, 2004 (capítulo 1).

NEGRÃO, Esmeralda, SCHER, Ana Paula e VIOTTI, Evani de Carvalho. A competência lingüística. In: FIORIN, José Luiz (org.) *Introdução à Lingüística II: Princípios de análise*. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

RAPOSO, Eduardo Paiva. *Teoria da gramática. A faculdade da linguagem*. 2. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1992 (capítulo 1).

### Temática III - PREDICADOS E ARGUMENTOS

Como vocês viram na disciplina *Introdução aos Estudos Lingüísticos* e na Temática I deste Curso, a **Sintaxe** se ocupa de estudar as propriedades de combinação de certas expressões lingüísticas. Essas propriedades determinam a construção e a estruturação das sentenças de uma determinada língua. Para a construção de uma sentença acessamos, primeiramente, nosso **léxico mental**, isto é, o conjunto de elementos que temos em nossas mentes/cérebro. Esses elementos se combinam formando constituintes e esses se organizam em unidades maiores formando as sentenças. As sentenças são como “pequenas cenas” que usamos em diferentes situações para a expressão do pensamento.

É importante considerar que essas “pequenas cenas” se organizam, principalmente, com aquilo que o **léxico mental** dispõe. Ele possui, por exemplo, informações categoriais sobre as palavras que contém. Essas palavras já vêm com informações relevantes a respeito da categoria a que pertencem (verbo, nome, adjetivo, por exemplo, como vimos na unidade 3), das possibilidades de aparecerem como núcleos das sentenças e das restrições impostas aos elementos que se relacionam com eles. Passaremos a chamar aqui esses núcleos de predicados<sup>10</sup> e aos elementos selecionados por eles de argumentos para usar a terminologia conhecida na teoria gerativa, que pode ser assim definida, segundo Negrão et al (2003, p. 100):

- **Predicados** são itens capazes de **impor** condições sobre os elementos que com eles compõem o constituinte do qual são núcleos (núcleos lexicais); são, portanto, itens que possuem a capacidade de selecionar elementos.
- **Argumentos** são itens que **satisfazem** as exigências de combinação dos predicados, ou , em outras palavras, são elementos selecionados pelo predicado.

É a respeito dessas pequenas cenas que vamos tratar nesta unidade, com atenção especial a formação das sentenças, bem como as exigências sintáticas dos predicados. Antes, porém, vamos mostrar como se constroem as representações das sentenças em árvores.

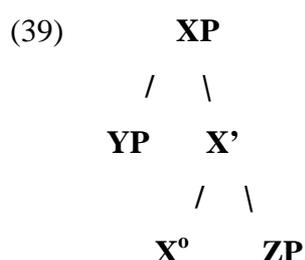
---

<sup>10</sup> É importante ressaltar aqui que a noção de **predicado** não corresponde à noção de que faz uso a gramática normativa. Para a teoria gerativa, além do verbo, todas as categorias como nomes, adjetivos, advérbios e preposições também podem ser consideradas predicados (ou núcleos lexicais). Esse termo foi cunhado da lógica clássica.

## Unidade 5: Exigência sintática dos argumentos

Como já vimos, na teoria Gerativa afirma-se que todas as línguas humanas dispõem de um sistema modular inato, a *Faculdade da Linguagem*, formado por categorias, que são determinadas por Princípios e Parâmetros. Vimos também que os princípios gramaticais universais são invariantes nas línguas naturais e determinam a natureza e a aquisição da estrutura gramatical. Embora haja princípios universais que determinam as linhas gerais da estrutura gramatical, há também aspectos particulares dela que estão sujeitos à variação entre as línguas particulares, os parâmetros. Na medida em que os parâmetros vão se fixando, as gramáticas das línguas particulares vão se constituindo.

Vamos agora trazer um novo conceito para discutir com você nesta unidade, a respeito da descrição abstrata que a teoria gerativa faz das sentenças de uma língua, o esquema X-barra (X'). Postula-se que as categorias (determinadas por Princípios e Parâmetros) se submetem ao esquema X-barra. Esse esquema é o módulo da gramática que permite representar a natureza de um constituinte, as relações que se estabelecem dentro dele e o modo como se hierarquizam para formar as sentenças. Configura-se como um esquema geral capaz de projetar uma estrutura frasal com as principais categorias lexicais e funcionais<sup>11</sup>, no qual aparecem distribuídas as posições de **núcleo**, **especificador** e **complemento**. Essas posições podem ser visualizadas em forma de árvore (estrutura arbórea) e estão assim representadas:

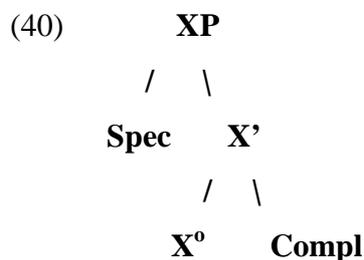


Como já sabemos, todo constituinte se constrói a partir de um núcleo. A variável X do esquema acima é usada para representar qualquer núcleo, a partir do qual as relações são estabelecidas. Cada núcleo lexical/predicado (nome, verbo, adjetivo e preposição) pode

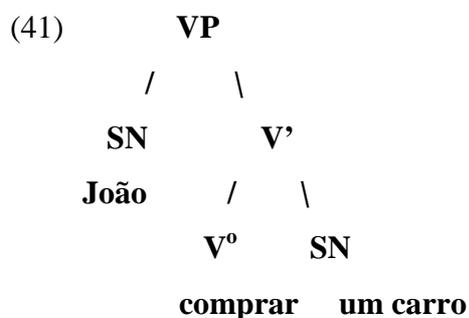
---

<sup>11</sup> Sugerimos que você retome as discussões a respeito das categorias lexicais e funcionais que foram apresentadas nas unidades 3 e 4 para entender melhor essa discussão.

projetar uma posição de **especificador** (YP) e uma posição destinada aos **complementos** (ZP), visualizada em (40).



Da mesma forma que as categorias lexicais, as categorias funcionais projetam as posições de especificador e complemento, obedecendo à mesma estrutura hierárquica ilustrada acima. Vale lembrar que, enquanto os núcleos lexicais – interessa-nos aqui em particular o **verbo** – têm a capacidade de selecionar semanticamente seus argumentos, os núcleos funcionais, como, por exemplo, a flexão (INFL), codificam certas propriedades gramaticais que definem se uma sentença é finita ou infinitiva. Consideremos agora uma sentença sem tempo (isto é, sem flexão), como [*João comprar um carro*] representada na estrutura arbórea (41)

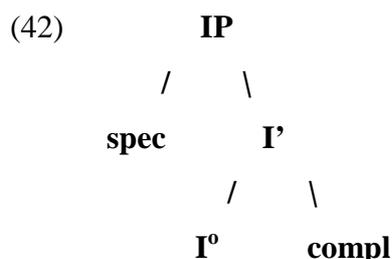


Para falar da posição hierárquica (estrutural) que os argumentos ocupam na sentença, vamos reconhecer duas áreas, a área direita, composta de sintagmas que seguem o núcleo e a área esquerda, composta de sintagmas que o precedem. Em (41), a sentença [*João comprar um carro*] está representada na Estrutura Profunda (EP)<sup>12</sup>. O item lexical *comprar* (ou predicado) está na posição de núcleo da sentença e se relaciona com dois argumentos, um à sua direita

<sup>12</sup> Você também poderá encontrar o termo EP, em textos da área, representado pela sigla DS, do inglês Deep Structure. Estrutura Profunda (EP) é considerada na teoria gerativa (no modelo de Regência e Ligação) um nível de representação de base de uma sentença, antes de qualquer movimento de constituintes.

(relação simétrica) e outro à sua esquerda (relação assimétrica). O núcleo subcategoriza o complemento (o argumento interno), mantendo uma relação de irmandade (de irmãos mesmo) com ele, uma vez que ambos são imediatamente dominados por V', como podemos observar na representação arbórea (41), *comprar* e *um carro* estão dominados pelo mesmo elemento, V'. Já o argumento externo não é subcategorizado pelo núcleo, mas selecionado, visto que a relação entre os dois não é de irmandade, e o especificador está mais alto que o verbo na estrutura.

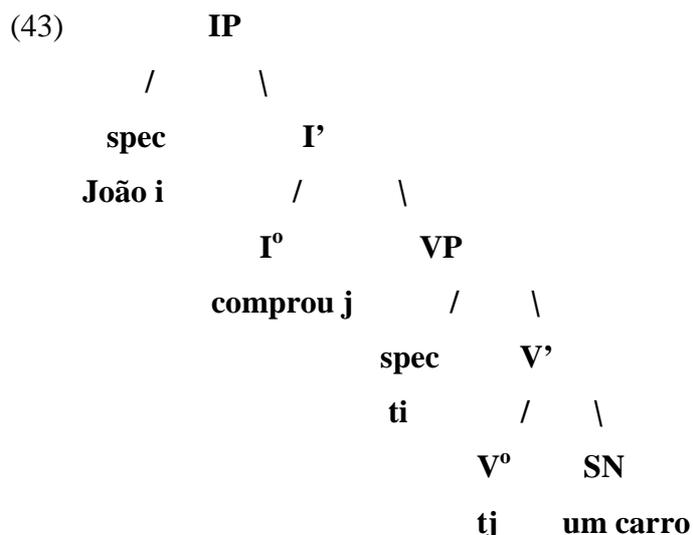
Vejamos agora o esquema arbóreo relacionado aos núcleos funcionais. Da mesma forma que os núcleos lexicais, os funcionais encabeçam constituintes, mas têm função eminentemente gramatical. Como o esquema X-barras se aplica a qualquer constituinte lexical ou funcional, I, nesse caso deve ser o núcleo do constituinte IP, representado em (42), com um complemento e uma posição de especificador.



Vejamos agora como ficaria a representação arbórea de uma sentença com tempo (isto é com flexão) como em [*João comprou um carro*]. Esta sentença agora está representada em Estrutura Superficial (ES)<sup>13</sup>, com uma projeção de VP e uma de IP. Vejamos.

---

<sup>13</sup> Estrutura Superficial (ES) é considerada neste modelo um nível de representação de uma sentença que vai ser interpretada fonologicamente por PF (como a estrutura é pronunciada) e semanticamente por LF (qual o sentido da sentença).

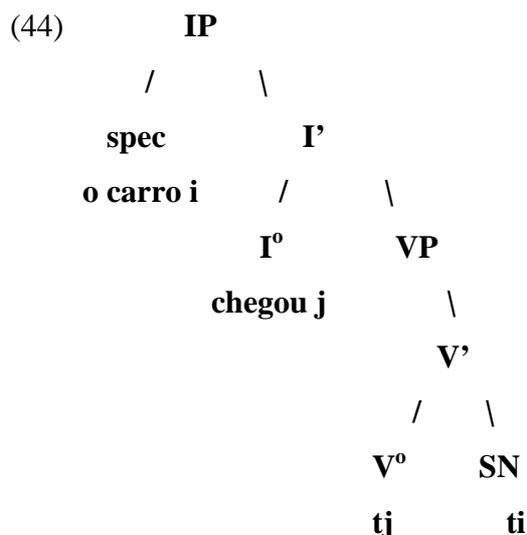


Como podemos observar em (43), os movimentos estão representados da seguinte forma: o constituinte movido ganha um índice (subscrito), como em [*João i*] e [*comprou j*], e no lugar do elemento movido vai aparecer um vestígio (*t*), do inglês *trace*, com o mesmo índice do elemento movido: *ti* e *tj*, respectivamente. De modo geral, podemos dizer que o argumento externo *João* se alçou para a posição de especificador do núcleo funcional (IP) para requisitos de Caso nominativo<sup>14</sup>. E o argumento interno *um carro*, ou o objeto, permanece na posição de complemento. Na verdade, o que se conhece como sujeito e como objeto é resultado de uma configuração estrutural, de forma que, nessa relação, objeto direto é o constituinte que ocupa a posição de complemento do verbo e sujeito é o constituinte que ocupa a posição de especificador de IP.

Como a posição de sujeito – tratada de agora em diante como posição de especificador de IP - é obrigatória (constitui um dos Princípios das línguas naturais), mesmo que um verbo não selecione um argumento externo, ela vai ser ocupada, na ES, ou por um argumento interno, movido da posição em que recebe papel temático, ou por um pronome expletivo (isto é, pronome sem significado referencial, como *it* do inglês em sentenças como em *It rains*). O movimento de um argumento para a posição de especificador de IP é legitimado por questões de Caso. Vejamos como seria representada uma sentença como [O carro chegou].

---

<sup>14</sup> A noção de Caso nominativo está ligada à atribuição de Caso abstrato, pelo núcleo funcional I, ao argumento que vai para a posição de especificador de IP, dando a este argumento estatuto de sujeito. Essa discussão será retomada nesta mesma unidade.



O sintagma nominal *o carro* se move da posição de complemento do verbo *chegar* para a posição de especificador de IP, passando a concordar com o verbo *chegar*. Note-se que *o carro* só vai para a posição de sujeito (posição de especificador de IP) porque nesta sentença não há argumento externo, diferentemente do que acontece em (43).

Antes de discutir as questões de Caso, em uma língua como o português, vale lembrar que a teoria gerativa prevê que a *Faculdade da Linguagem* (FL) deve conter um mecanismo que desloca sintagmas de sua posição de base (aquela posição em que ele foi gerado, EP) para alocá-los em outras posições na sentença<sup>15</sup>. É bastante comum, nas línguas, que os verbos se desloquem de sua posição de base para o núcleo da flexão (I), a fim de se completarem morfologicamente. Esse movimento deve acontecer de núcleo a núcleo, obedecendo, assim, a restrição de movimento nuclear (*Head Movement Constraint*).

Costuma-se dizer, na teoria gerativa, que as condições de boa formação de uma sentença estão diretamente ligadas à atribuição de Caso e de papel temático<sup>16</sup> para os sintagmas nominais. Os sintagmas que aparecem/são realizados como sujeitos das sentenças, por exemplo, devem receber Caso nominativo da flexão. Nesse contexto da flexão, o verbo se movimenta para I para amalgamar sua flexão e o sintagma nominal se movimenta para receber Caso nominativo de I, deixando um vestígio em sua posição de base, com o qual forma uma cadeia: a cadeia por movimento. O movimento do sintagma nominal realiza-se de uma posição temática ( $\theta$ ) e não Casual (não-K) para uma posição não-temática (não- $\theta$ ) e

<sup>15</sup> Tal mecanismo é conhecido na Teoria Gerativa como **mova  $\alpha$** .

<sup>16</sup> Papel temático será discutido na unidade 7.

Casual (K). A esse conjunto de posições não-temática e temática de um mesmo sintagma nominal dá-se o nome de cadeia, representada aqui em (45).

(45) [ SN, t ]  
não- $\theta$   $\theta$   
K não-K

Vale lembrar que a marcação casual dos sintagmas nominais é um fenômeno universal nas línguas naturais e não apenas uma propriedade das línguas que possuem marcas casuais morfológicas. A diferença entre as línguas é a forma como essa marcação se expressa: nas línguas que têm marcação morfológica de Caso, ele se expressa concretamente (como era o caso do latim, por exemplo); e nas que não manifestam marcação nos morfemas, ele se expressa abstratamente (como é o caso do português e de LIBRAS), daí a noção de Caso abstrato na sintaxe. O modelo, com o qual trabalhamos, prevê que todos os sintagmas nominais foneticamente realizados manifestem um Caso, do contrário, são excluídos pela gramática. Vejamos em que direção.

Do ponto de vista deste modelo, a atribuição casual a um sintagma nominal é feita sob regência ou concordância especificador/núcleo do sintagma pela categoria que lhe atribui Caso. O Caso pode ser atribuído pela flexão (Caso nominativo), pelo verbo (Caso acusativo) e pela preposição (Caso oblíquo). O Caso nominativo manifesta-se em um sintagma nominal na posição de especificador de IP; o Caso acusativo manifesta-se na posição de um complemento de um verbo transitivo e o Caso oblíquo manifesta-se na posição de um complemento de uma preposição.

Enfim, há restrições semânticas e sintáticas de combinação de verbos e possíveis sintagmas com determinados papéis temáticos e Caso<sup>17</sup>. Para a nossa discussão, nesse momento, basta salientar que o **Caso nominativo** é atribuído a sintagmas que figuram como o sujeito da sentença e **Caso acusativo** para sintagmas que figuram como objeto da sentença. Caso nominativo está diretamente relacionado, no português, à marcação da concordância sujeito-verbo e Caso acusativo à não-marcação da concordância e à possibilidades de se

---

<sup>17</sup> Vamos discutir aqui Caso abstrato rapidamente, mas se você quiser saber mais detalhes, consulte Miotto et al. (2004).

cliticizar o objeto, ou seja, à possibilidade de alternar o sintagma nominal por um clítico<sup>18</sup>. Os exemplos em (46) ilustram essas propriedades.

- (46) a. **A Maria** comprou um carro velho  
b. A Maria comprou-**o** velho (o= um carro)

Em (46a), a flexão do verbo **comprou** atribui Caso nominativo para o sintagma *A Maria* e em (46b) o verbo **comprar** atribui caso acusativo para *um carro*.

O português é uma língua em que os sintagmas nominais não são marcados morfologicamente por Caso (a marcação é abstrata). Entretanto, resíduos de marcas casuais podem ser observados no sistema dos pronomes pessoais: **eu** é a forma do Caso nominativo, **me** é a forma do Caso acusativo e **mim** a forma do Caso oblíquo, como podemos observar nas sentenças em (47).

- (47) a. **Eu** vi a Maria  
b. A Maria **me** viu  
c. A Maria deu um livro para **mim**

O fato de os pronomes ainda manifestarem Caso explícito, pode servir como evidência de que existe marcação de caso no português.

Pois bem. Você deve ter observado que até agora mostramos, de maneira bem sucinta, como se constroem as representações das sentenças em árvores nos níveis EP e ES, utilizando a teoria X-barra. Mostramos também a relação dos núcleos lexicais e funcionais com os constituintes que ocupam a posição de complemento e de especificador para a composição da estrutura interna das sentenças. Você achou essa discussão muito abstrata? Não se preocupe, vamos discutir a seguir as imposições sintáticas dos predicados para a boa formação de uma sentença, como se fossem “pequenas cenas” com exemplos do português.

Primeiramente, para tratar das exigências sintáticas de formação das sentenças, vamos retomar aqui a discussão feita na Temática II<sup>19</sup> a respeito das diferenças entre **verbo** e **nome**.

---

<sup>18</sup> Por clítico entende-se um elemento fonologicamente dependente do verbo.

<sup>19</sup> Seria importante que você retomasse as unidades 3 e 4, referentes a categorias lexicais e funcionais, antes dessa discussão.

Verbos e nomes têm distribuição diferente nas línguas, como você pode facilmente constatar nos exemplos abaixo:

- (48) a João **comprou** um carro na semana passada.  
b \*João **a compra** um carro na semana passada.

- (49) a. **A compra** do carro foi feita na semana passada.  
b. \***A comprou** do carro foi feita na semana passada.

As sentenças (48) e (49) descrevem uma cena de *compra de um carro*. Em (48a) o verbo **comprar** estabelece um evento de compra entre os sintagmas nominais *João* e *um carro*. O verbo **comprar** é o predicado da sentença, por exigir a presença de dois participantes para comporem a cena. Os itens selecionados (ou impostos) são chamados de argumentos; é como se o verbo possuísse lacunas que deveriam ser preenchidas por argumentos. Essas lacunas são chamadas de lugares. No exemplo (48a), os sintagmas *João* e *um carro* são argumentos do predicado **comprar**. O lugar do argumento *João* e o lugar do argumento *um carro* são imposições sintáticas do predicado **comprar**, um verbo de dois lugares. O que equivale a dizer que é impossível montar uma sentença com o verbo **comprar** sem colocar dois sintagmas do tipo *João, um comprador, e um carro, a coisa comprada*.

Quanto aos constituintes **comprar** e **compra** (exemplos 48 e 49, respectivamente), o importante aqui é notar que os dois elementos figuram como núcleos, e não são substancialmente diferentes; ambos exigem, pelo menos, um argumento que indique o objeto comprado (um carro). Já *na semana passada*, por sua vez, não faz parte da estrutura argumental do verbo, nem do nome. A falta desse constituinte não torna a sentença agramatical, como em (50).

- (50) João **comprou** um carro

Entretanto, a falta de um dos dois argumentos selecionados pelo verbo, como em (51), torna a sentença agramatical/impossível.

- (51) a \*João **comprou**.

b \***Comprou** um carro

Vale lembrar aqui que (51) só seria possível se os argumentos *um carro* e *João* estivessem implícitos.

Considere agora os exemplos em (52), abaixo:

(52) a. João **deu** um carro para sua namorada

b. O carro **chegou**

Na sentença (52a), o predicado **dar** precisa de três argumentos para se combinar com ele, representados aqui pelos participantes: *um carro*, *sua namorada* e *João*. O que significa dizer que é um verbo de três lugares. A falta de qualquer um dos três argumentos torna a sentença agramatical. Já em (52b), o predicado **chegar** impõe a necessidade apenas de um argumento, *o carro*, por isso é considerado um verbo de um lugar. Mas, novamente, a falta desse único argumento também torna a sentença agramatical.

Enfim, nas cenas apresentadas nos exemplos (48) e (52), os verbos **comprar**, **dar** e **chegar** vão ser considerados núcleos (também denominados predicados), já que esses termos são responsáveis por todas as exigências impostas aos argumentos das sentenças. São eles que vão impor o número de argumentos (dois, três ou um, respectivamente) a ser selecionado. Verbos de dois lugares também são conhecidos como verbos transitivos/biargumentais, verbos de três lugares são conhecidos como verbos bitransitivos/triargumentais e verbos de um lugar, como verbos monoargumentais.

Os argumentos selecionados por um verbo de dois argumentos como **comprar** são de duas naturezas: **externos** e **internos**. Há pelo menos duas grandes relações que precisam ser construídas com esses tipos de verbos:

- (i) a relação que se estabelece entre o núcleo e seu complemento, formando o sintagma verbal (SV);
- (ii) a relação que se estabelece entre o SV e o argumento externo, completando a pequena cena (ou a sentença).

Nesse momento vocês poderiam nos fazer as seguintes perguntas:

- Como os argumentos de *comprar* se juntam ao verbo?

- Será que o fazem ao mesmo tempo?

Evidências sintáticas nos mostram que, numa construção transitiva, é o argumento interno que se junta primeiramente ao verbo, ocupando a posição de complemento. O núcleo e o complemento, juntos, vão impor restrições ao segundo argumento denominado externo. A posição ocupada pelo argumento externo é chamada de especificador. Nesse caso, dizemos que argumento interno ocupa a posição de complemento e argumento externo ocupa a posição de especificador.

De modo geral, podemos dizer que são internos os argumentos que figuram como objetos e externos os argumentos que figuram como sujeitos das sentenças. Na verdade, o que se conhece como sujeito e como objeto é resultado de uma configuração estrutural. Objeto direto é o constituinte que ocupa a posição de complemento do verbo e sujeito é o constituinte que ocupa a posição de especificador. Além disso, é importante ressaltar que o núcleo se relaciona assimetricamente com o especificador e simetricamente com seu complemento (cf. esquema X-barra). Vamos discutir um pouco agora essa simetria/assimetria. Consideremos para tanto outras cenas, como em (53):

(53) a. João **quebrou a perna** na última semana

b. João **quebrou o vaso** na última semana

Em (53), parece claro que o predicado **quebrar** é um verbo de dois lugares (seleciona dois argumentos), entretanto, enquanto as restrições impostas para o argumento interno são fornecidas pelo verbo, as exigências/restrições para o argumento externo necessariamente precisam ser dadas pelo composto [verbo+argumento interno]. Evidências sintáticas nos mostram que é o argumento interno que se junta primeiramente ao verbo, formando o sintagma verbal (SV). Só depois é que o SV vai impor restrições ao outro argumento (o externo). O papel que o argumento externo vai receber em (53) de ator ou de objeto afetado, por exemplo, é consequência direta do resultado da composição [**quebrar a perna**] ou [**quebrar o vaso**]. Retomaremos esses exemplos na próxima seção, quando discutiremos as exigências semânticas dos predicadores.

Encontramos também vários exemplos no português em que um verbo e o seu argumento interno formam uma expressão idiomática, excluindo o argumento externo, como

em (54a) e (54c), mas parece que não encontramos tais expressões envolvendo um sujeito e um verbo, sem o complemento, como a agramaticalidade de (54b) e de (54d) evidenciam.

- (54) a. Quebrar a cara  
b. \*Ele quebrou  
c. Bater as botas  
d. \*Ele bateu

Como podemos observar em (54), expressões idiomáticas podem ser formadas apenas por sintagmas verbais. Isso nos leva a concluir que o verbo e seu argumento interno, que figuram como verbo e complemento, devem ter uma relação mais estreita (simétrica) do que o verbo e seu argumento externo, ou seja, sujeito e verbo.

Consideremos agora o paradigma em (55).

- (55) a. João quebrou **o vaso**  
b. **O vaso** quebrou/**O vaso** quebrou-se<sup>20</sup>  
c. **O vaso** foi quebrado (por João)  
d.?? **O João** quebrou

Note-se que o argumento que se mantém nas estruturas em (55) é o interno, *o vaso*. De (55a) podemos derivar (55b) e (55c), relacionando o verbo **quebrar** a seu argumento interno, mas não formamos (55d). Logo, parece que o argumento interno é indispensável para a formação das sentenças.

Consideremos agora verbos de um lugar, como em (56), no que segue. As perguntas que poderíamos fazer são as seguintes:

- Como explicar, então, os verbos monoargumentais?
- O argumento selecionado por esse predicador é interno ou externo?

---

<sup>20</sup> Sugerimos que você leia a dissertação de mestrado de Marco A. Martins (2005) sobre as construções de indeterminação com SE para entender melhor as sentenças ilustradas em (55b) com e sem SE.

(56) a. João **correu**

b. João **chegou/Chegou** João

Muitos autores já mostraram que predicados como **correr** e predicados como **chegar**, apesar de serem considerados verbos de um lugar, apresentam argumentos de natureza diferente. Enquanto o verbo **correr** seleciona um argumento externo, o verbo **chegar** seleciona um argumento interno. Essa distinção está diretamente relacionada aos papéis dos participantes da cena (de agente e de tema, respectivamente) e aos traços impostos a cada um dos argumentos, como em (57) e (58):

(57) a. João **correu a corrida de São Silvestre**

b. \*A encomenda **correu**

(58) a. \*João **chegou** a chegada triunfal

b. A encomenda **chegou**

Enquanto (57) permite um objeto cognato, mas não permite um argumento [-animado]; (58) não permite cognato (pelo menos não irrestritamente) e admite argumento [-animado]. Essas diferenças podem nos levar a confirmar a existência de duas classes de verbos monoargumentais: a classe dos verbos intransitivos (já legitimada pela gramática tradicional) e a classe dos verbos inacusativos<sup>21</sup>

Esta distinção entre as duas classes de monoargumentais, intransitivos e inacusativos, pode ser explicada em termos de seleção de argumento: no primeiro caso, o argumento selecionado é externo e no segundo caso é interno. Enquanto o primeiro verbo pode ser potencialmente um transitivo (com a possibilidade de objeto cognato), o segundo não pode gerar um objeto cognato, pois a posição do argumento interno já está ocupada. Se verbos prototipicamente intransitivos seguem padrões dos verbos transitivos, com a possibilidade de projetar um argumento interno, na verdade poderíamos dizer que eles são transitivos potenciais.

Além do número de argumentos definidos pelos itens lexicais (núcleos), que estamos chamando aqui de predicados, há tipos de argumentos específicos para se combinar com os

---

<sup>21</sup> Vamos trazer para reflexão na unidade 8 outros detalhes sobre os verbos inacusativos.

núcleos. Como você pode observar, os exemplos em (57) e (58) ilustram essa exigência quanto às (im)possibilidades de determinados verbos selecionarem argumentos [+animado] e/ou [-animado]. No caso do verbo **comprar**, o predicado exige que um de seus argumentos (o externo) seja capaz de fazer referência a algum comprador, como os exemplos em (59), abaixo, ilustram (retomados de (46)):

- (59) a. **João** comprou um carro  
b. \***A mesa** comprou um carro

**João**, em (59) é marcado por traços semânticos [+animado] que o distingue de mesa [-animado]. Dizemos, então, que um verbo como **comprar** exige que seu argumento externo seja [+animado].

Outros tipos de predicados também podem tomar argumentos. São os **nomes**, os **adjetivos** e as **preposições**. Retomemos a sentença (49a), agora como (60) para a discussão do **nome** como núcleo lexical.

- (60) **A compra** do carro (pelo João) foi feita na semana passada.

Em (60), o nome **compra** é derivado do verbo **comprar** e também estabelece um evento de compra que impõe restrições a seus argumentos: o objeto da compra (o carro) e o comprador (o João). Logo, *o carro* e *o João* são argumentos selecionados pelo nome **compra**, um predicador de dois lugares (à semelhança do verbo **comprar**).

Consideremos agora exemplos com adjetivos:

- (61) a. Maria foi **favorável** à compra do carro  
b. Maria está **feliz**  
c. Maria comprou um **belo** carro

Em (61) há três adjetivos em questão. O adjetivo **favorável** em (61a) é um predicador de dois lugares, que impõe restrições sobre os argumentos selecionados por ele, *Maria* e *a compra* (argumentos externo e interno, respectivamente). Em (61b) o adjetivo **feliz** também impõe restrições a seu argumento **Maria**. Não poderíamos dizer: *A mesa está feliz*, por

exemplo. Já em (61c) *belo* não figura como argumento, mas como adjunto, pois faz parte do sintagma nominal [um belo carro]. O núcleo lexical em (61c) é o verbo **comprar**. É ele que impõe condições sobre os argumentos *Maria* e *carro*.

Além de verbos, nomes e adjetivos que figuram como predicados, há também preposições que não são só elementos relacionais (ou gramaticais), mas núcleos lexicais. Elas também vão impor restrições a seus argumentos. Vejamos os exemplos em (62):

(62) a. A compra **do** carro foi feita pelo João **contra** a vontade de Maria.

b. João viajou **para** São Paulo

A preposição **contra** em (62a) relaciona os argumentos *João* e *a vontade de Maria*. Pode ser considerada um predicado, pois impõe restrições sobre os argumentos por ele selecionado: um externo (o João) e um interno (a vontade de Maria).

Para distinguirmos as preposições gramaticais (ou funcionais) das preposições que figuram como núcleos lexicais (ou predicados), consideremos as preposições **de** e **para** dos exemplos (62a) e (62b). Elas são de natureza diferente: enquanto a primeira é meramente relacional, contribui apenas para a combinação entre o nome compra e seu argumento *o carro*, em [a compra *do carro*], a segunda indica *direção*, impõe restrições ao argumento *São Paulo* [para São Paulo], que necessariamente tem de ser um lugar (não poderíamos dizer: \*João viajou **para** a mesa).

Em síntese, verbos, nomes, adjetivos e preposições são predicados quando forem núcleos lexicais, ou seja, quando figurarem como elementos que impõem exigências a seus argumentos. Essas exigências estão relacionadas ao número de argumentos selecionado, ao tipo de argumento (interno ou externo), aos traços desses argumentos ([+animado] ou [-animado]) e aos papéis dos participantes da situação descrita. Na próxima unidade, vamos falar desses papéis.

## Unidade 6. Papéis temáticos dos argumentos

Como já dito, uma das maneiras de entender as sentenças de uma língua consiste em imaginar que elas representam “pequenas cenas”. Nessas cenas, diferentes entidades desempenham papéis importantes e necessários. Esses papéis são, em geral, determinados

pelo verbo e são mais ou menos fixos. Esses verbos, como já salientamos, são considerados predicados e são, por sua vez, os responsáveis pela seleção dos argumentos que com eles se relacionam. Além dos verbos, esses papéis também podem ser determinados por outras categorias lexicais, como nomes, adjetivos e preposições.

Imaginemos, agora, uma situação como a descrita na unidade 3, aqui retomada:

*Situação 1: pai e filho passeiam pelo terreiro. De repente, o filho vê uma formiga e pisa em cima dela. Como ela permanece imóvel, o filho afirma:*

— *Pai, a formiga morreu!*

*Segundos depois, a formiga volta a andar e o filho exclama:*

— *Pai, a formiga desmorreu!*

Ao comentarmos essa situação para alguém podemos descrevê-la de várias formas diferentes dependendo daquilo que queremos evidenciar:

(63) a. Pai e filho passeiam pelo terreiro da casa.

- b. O menino viu uma formiga
- c. O menino pisou em cima da formiga
- d. O menino matou a formiga
- e. A formiga foi morta pelo menino.
- f. A formiga morreu
- g. A formiga desmorreu

As sentenças acima descrevem situações<sup>22</sup> diferentes. As situações são descritas, de modo geral, pelos verbos **passear**, **ver**, **ter** (*existir*), **pisar**, **matar** e **desmorrer**. A situação de **passear** (em (63a)) requer a presença de um participante, que no caso está representado pelo pai e pelo filho (alguém passeia), que é o ator que desencadeia o processo de passear. A situação de **ver** (em (63b)) envolve dois participantes: aquele que viu (o menino) e aquele que é visto (a formiga). Podemos dizer que no primeiro caso o constituinte *O pai e o filho* é um argumento do predicado **passear** e no segundo caso *o menino e a formiga* são dois argumentos exigidos pelo verbo **ver**. Os exemplos (63d) e (63e) são diferentes formas de

---

<sup>22</sup> Situação é um termo geral para descrevermos atividades, eventos e estados.

representação de uma pequena cena, cujo verbo é **matar** e cujos participantes são *o menino* e *uma formiga*.

(64) a. **O menino** matou a formiga com o pé

MATAR (o menino, a formiga)

b. **A formiga** foi morta (pelo menino) com o pé.

SER MORTA (a formiga, o menino)

Ao descrevermos uma cena, vamos realçar determinada situação e minimizar a importância de outra, dependendo do papel requerido pelos constituintes na sentença. Em (64a), por exemplo, realçamos o papel do ator da cena (o agente) e em (64b) realçamos o papel do objeto afetado, *a formiga*. Podemos dizer, então, que na primeira sentença o sujeito desempenha o papel de **agente** e na segunda, o papel de **paciente**. Além disso, o sintagma *o menino* desempenha o mesmo papel nas duas pequenas cenas, o mesmo acontece com o sintagma *a formiga*.

Se voltamos à pequena cena descrita em (64), você pode notar que *o pé* é o instrumento usado para matar a formiga, mesmo não sendo argumento imposto pelo predicado.

Retomemos agora a sentença em (63b), retomada abaixo em (65). O verbo **ver** também é um verbo de dois lugares, mas o papel dos participantes agora não é relativo a ações, mas ao próprio ato de falar sobre experiências (processo perceptivo).

(65) O menino **viu** uma formiga

VER (o menino, uma formiga)

Neste caso, realçamos o papel do **experienciador**, foi o menino que [**viu** a formiga]. E a formiga continua sendo o objeto, mas nesse caso, um objeto neutro (não afetado), apenas um tema.

Consideremos agora as sentenças (63a) e (63f), agora em (66) e (67).

(66) Pai e filho **passeiam** pelo terreiro de casa

PASSEAR (pai e filho)

(67) A formiga morreu (ou a formiga desmorreu)

MORRER (a formiga)

Tanto **passar** como **morrer** (ou desmorrer) são verbos de um lugar, isto é, requerem a presença de apenas um argumento. Esse argumento, porém, apresenta papéis diferentes: em (66) *pai e filho* é um argumento que desempenha o papel de agente e em (67) a formiga é um argumento **tema**. A expressão *pelo terreiro de casa*, em (66) não se caracteriza como argumento, pois não é exigido pelo verbo (é apenas um adjunto).

Poderíamos acrescentar à mesma situação descrita alguns detalhes a respeito da cena. Vejamos:

(68) a. O terreiro da casa estava **limpo**

b. A formiguinha estava **viva**

c. O menino ficou **feliz**<sup>23</sup>

d. O menino **gosta** da formiguinha

Observemos os adjetivos *limpo*, *viva* e *feliz* das pequenas cenas descritas em (68). Nessas sentenças, a predicação está sendo feita pelos adjetivos, que expressam propriedades atribuídas a certos constituintes. Em (68) *limpo* é uma propriedade atribuída ao *terreiro*, *viva* é uma propriedade atribuída à *formiguinha* e *feliz* é uma propriedade atribuída ao *menino*. Essas sentenças expressam uma situação estativa, mas existe uma grande diferença entre as sentenças em (68a, b, c), de um lado, e a sentença (68d), de outro. Enquanto (68d) envolve a participação de dois argumentos impostos pelo predicado verbo **gostar** (como em (69a), a seguir) as primeiras envolvem apenas um participante (o terreiro/a formiguinha/o menino). Os constituintes que estão funcionando como predicados das primeiras sentenças são os adjetivos, como ilustra (69b):

(69) a. O menino **gosta** da formiguinha.

GOSTAR (o menino, a formiguinha)

b. O menino ficou **feliz**.

---

<sup>23</sup> Note-se que em (31b) o verbo que está em jogo na estrutura da sentença é de ligação (ou cópula).

FELIZ (o menino)

Em (69a), o verbo **gostar** impõe ao argumento interno *a formiguinha* o papel de tema (aquele que é gostado) e ao argumento *o menino* o papel de experienciador (aquele que gosta). Já em (69b), o adjetivo **feliz** impõe a menino o papel neutro de tema. Poderíamos, ainda, acrescentar à situação descrita a seguinte cena:

(70) A **destruição** da formiga pelo menino foi uma ilusão

DESTRUIÇÃO (a formiga, o menino)

Dentro da expressão *a destruição da formiga pelo menino* também existe uma relação de predicação, estabelecida desta vez pelo nome *destruição*. Destruição expressa uma situação, que envolve dois participantes: *a formiga* e *o menino*. Mais uma vez estamos diante de um predicador de dois lugares. O nome deverbal<sup>24</sup> *destruição* toma como argumento *a formiga* e *o menino*, o primeiro um objeto afetado e o segundo um agente.

Há ainda uma outra relação de predicação possível nas sentenças: a relação que a preposição estabelece com os argumentos impostos por ela. Consideremos, então, a seguinte cena:

(71) Houve uma guerra do menino **contra** a formiga

CONTRA (o menino, a formiga)

Nesse caso, **contra** toma dois argumentos, *o menino* e *a formiga*. Novamente, nessa pequena cena o papel de agente vai ser dado *ao menino* e o papel de objeto afetado (ou alvo), *à formiga*.

Consideremos agora (72), à semelhança do exemplo (53), discutido rapidamente na seção anterior:

(72) a. O menino **quebrou a perna** da formiguinha

b. A formiguinha **quebrou a perna**

---

<sup>24</sup> No exemplo, o nome **destruição** se deriva do verbo **destruir**, por isso dizemos que é deverbal.

O verbo *quebrar* em (72a) e (72b) atribui para os sintagmas, *a perna da formiguinha* e *a perna*, o papel de tema. Como já colocamos na unidade 5, o papel do argumento externo, entretanto, não é determinado pelo verbo sozinho, mas é composicionalmente determinado pelo complexo verbo-complemento. O papel do argumento externo vai ser determinado só no momento em que ele se juntar com o sintagma verbal: em (72a) o sintagma *O menino* é marcado como o agente por ser o ator da ação expressa pelo complexo [verbo+argumento interno]. Já o argumento interno *A formiguinha* (em (72a) e (72b)) é marcado como paciente, ou alvo, por ser o objeto afetado.

Em resumo, os exemplos apresentados nesta unidade ilustram predicados (ou núcleos lexicais), tais como **verbos**, **nomes**, **adjetivos** e **preposições**, que impõem condições semânticas sobre os elementos que com eles compõem as pequenas cenas. É importante você notar que as exigências semânticas estão relacionadas aos papéis dos participantes nas pequenas cenas. Esses papéis são conhecidos na literatura como papéis temáticos e podem ser assim sumarizados:

- a) agente – papel do ator que tem controle sobre a realização da ação;
- b) paciente ou alvo – papel do indivíduo ou objeto afetado pela ação;
- c) instrumento – papel do objeto de que o agente se serve para praticar a ação;
- d) beneficiário – papel do indivíduo a quem a ação traz proveito ou prejuízo;
- e) experienciador – papel do indivíduo que passa pelo estado psicológico descrito pelo predicado;
- f) locativo – papel do lugar em que o indivíduo ou o objeto estão;
- g) tema – papel neutro do indivíduo ou do objeto.

Os papéis temáticos são distintos do sujeito, do objeto e do adjunto, mas há uma hierarquia que dispõe sobre a possibilidade de os diferentes papéis coincidirem com o sujeito gramatical. A literatura mostra, por exemplo, que o **agente** tem mais chances de ser o sujeito do que o **instrumento**, que o **instrumento** tem mais chances do que o **alvo**, que o **alvo** tem mais chances do que o **beneficiário** e assim por diante. Nessa escala, o **tema** só seria o sujeito na falta de todos os outros papéis.

## Unidade 7. Os verbos monoargumentais

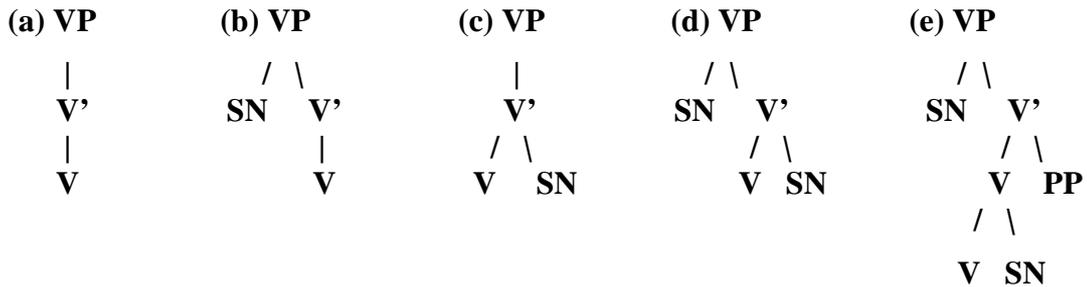
Vamos trazer para discutir nesta unidade questões referentes à transitividade dos verbos, relacionadas principalmente aos verbos monoargumentais, que são chamados pela gramática normativa de verbos intransitivos. Nossa discussão novamente se baseia na teoria Gerativa, mais especificamente no modelo de Princípios e Parâmetros, em sua versão que ficou conhecida como Regência e Ligação (cf. CHOMSKY, 1986).

Como vocês já viram, ao longo deste livro-texto, nosso léxico mental possui informação categorial sobre as palavras que contém. Esta informação categorial se refere a um determinado núcleo lexical e é expressa através dos traços [+/-Nominal, +/-Verbal]. Os núcleos lexicais (predicados) têm estrutura argumental e selecionam os argumentos que compõem uma sentença, isto é, selecionam argumentos para preencherem lacunas, impondo-lhes uma série de restrições. Essas restrições dizem respeito:

- à categoria [-N, +V];
- aos argumentos selecionados que podem ser externos, quando ocupam a posição de especificador do núcleo, ou internos, quando aparecem na posição de complemento do núcleo;
- à c-seleção, que se refere à seleção categorial [SN, PP, VP, CP] – sintática; e
- à s-seleção, que se refere à capacidade de selecionar semanticamente os argumentos.

Para essa nossa discussão, interessa, principalmente, a s-seleção, por fornecer informações importantes sobre o papel temático dos argumentos.

A partir da configuração dos argumentos selecionados pelo verbo e dos papéis temáticos que um verbo pode atribuir, o sintagma verbal - VP (do inglês, Verbal Phrase) - pode tomar diferentes configurações estruturais em termos da Teoria X':



A estrutura arbórea em (a) representa um verbo que não seleciona argumentos, como *chover* (*Chove*); (b) representa um verbo que seleciona apenas um argumento externo, como *trabalhar* (*Alguém trabalhou*); (c) um verbo com um argumento interno, do tipo *chegar* (*chegou alguém/algo*); (d) um verbo de dois argumentos, um externo e um interno, como *comprar* (*Alguém comprou algo*) e (e) representa um verbo de três argumentos, um externo e dois internos, como *dar* (*Alguém deu algo para alguém*).

Fazendo uma correspondência dessa representação arbórea com a transitividade do verbo encontrada nas gramáticas normativas, podemos dizer que (a) representa um verbo impessoal, (b)/(c) um verbo intransitivo (ou monoargumental, melhor dizendo, como veremos adiante), (d) um verbo transitivo direto e (e) um verbo transitivo direto e indireto (ou bitransitivo). Mas como e por que distinguir (b) de (c), se em ambos os casos o verbo seleciona um argumento apenas? A discussão das diferenças entre (b) e (c) constituem objeto de discussão desta unidade.

Vejamos, então, em que consiste o argumento para diferenciar a classe dos verbos exemplificados em (b) e (c).

Você já deve ter percebido que há verbos de um argumento de natureza diferente, como *existir* e *trabalhar*, por exemplo. Enquanto o primeiro é um verbo de estado, isto é, não um verbo de atividade, o segundo é um verbo de evento, isto é, um verbo de atividade. Mas será que essa diferença está relacionada apenas às diferenças inerentes ao item lexical *existir* e *trabalhar*? Será que a sintaxe desses dois verbos é a mesma em todas as línguas naturais?

Para tentar responder a essas questões, vamos começar a discutir as **evidências sintáticas** relacionadas aos verbos monoargumentais nas diferentes línguas. Neste primeiro momento, podemos dizer que (c) é diferente de (b), porque representa um verbo que seleciona

apenas argumento interno (e não externo) e é incapaz de atribuir Caso acusativo a esse argumento, o que faz derivar sua nomenclatura: inacusativo<sup>25</sup>.

Vamos agora tomar algumas reflexões teóricas formuladas por Burzio (1986, apud COELHO, 2000) para explicar essas diferenças. Foi esse autor que transpôs a hipótese inacusativa de Perlmutter (1976) para o modelo dos Princípios e Parâmetros da Teoria Gerativa.

Afinal, o que é um verbo inacusativo?

Segundo Burzio, diferenças estruturais em uma língua como o italiano permitiam-lhe postular que construções que só exibem em sua estrutura como posição temática a posição interna ao núcleo verbal não permitiam que ao sintagma nominal (SN) dessa posição interna fosse atribuído Caso acusativo. Lembre-se de que uma evidência para se dizer que ao SN é atribuído Caso acusativo é o fato de esse SN poder se alternar com um clítico, como em: *João comprou um carro/João comprou-o.*

Considere agora algumas sentenças do italiano retomadas de Burzio:

- (73) a. **Giovanni** arriva ‘Giovanni chega’  
b. **Giovanni** telefona ‘Giovanni telefona’

Aparentemente essas estruturas são iguais: os dois verbos selecionam apenas um argumento. Quando, porém, os verbos *arrivare* e *telefonare* recebem o clítico *ne* ou um auxiliar aspectual, diferenças sintáticas se acentuam:

- (74) a. **Ne** arrivano molti ‘Muitos deles chegaram’  
b. \***Ne** telefonano molti ‘Muitos deles telefonaram’

- (75) a. Giovanni è arrivato ‘Giovanni chegou’  
b. Giovanni **ha** telefonato ‘Giovanni telefonou’

---

<sup>25</sup> Você poderá encontrar mais detalhes sobre verbos inacusativos nas reflexões de Mioto *et al.* (2004), Coelho (2000) e Coelho *et al.* (2006).

Uma das diferenças que chama a atenção nas estruturas acima é a gramaticalidade, ou boa formação, de (74a) contra a agramaticalidade de (74b). Verbos como *chegar* em italiano aceitam o clítico *ne*, ao passo que verbos como *telefonar* não aceitam essa espécie de cliticização. O clítico *ne* (*ne-cl*) em italiano também é possível em outros domínios, tais como, construções passivas, construções com *se* impessoal e construções que alteram estruturas transitivas (AVB) em monoargumentais (BV). Em cada um desses domínios, a cliticização do *ne* é uma propriedade do SN objeto quantificado, isto é, o clítico *ne* é usado somente com objetos, mas não com sujeitos.

Outra diferença é marcada pela seleção do auxiliar aspectual em (75), e sua exata correlação com o contraste em (74). Burzio diz que o sujeito superficial de verbos como *chegar*, diferentemente do sujeito de verbos como *telefonar*, é na verdade um objeto direto na estrutura profunda (doravante estrutura-D). O autor se refere a verbos monoargumentais que subcategorizam um objeto direto, como verbos inacusativos, o que significa que, para ele, o único SN subcategorizado por um verbo dessa natureza é gerado na posição de objeto, logo, à posição de sujeito não é atribuída nenhuma função temática.

Confrontando estruturas que apresentam o mesmo elemento clítico (*si*), como (76a) e (76b), Burzio (1986, apud COELHO, 2000) mostra evidências de posições tematicamente marcadas e das que perderam marcação temática:

- (76) a. Maria **si** guarda ‘Maria se olha’  
b. Il vetro **si** rompe ‘O vidro se quebra’

Em (76a), o autor assume que *si* é um clítico reflexivo, gerado na posição de objeto, que forma cadeia com uma categoria vazia em posição de objeto, exatamente onde um clítico não reflexivo deveria estar, como em (77). É como se o clítico tivesse se movido para uma posição à esquerda do verbo, deixando um vestígio (t) na sua posição de base (estrutural):

- (77) a. Maria **si** guarda **t**  
b. Maria **lo** guarda **t**

Em ambas as orações, em (77a) e (77b), à posição de objeto é atribuído um papel temático pelo verbo, e esse papel temático é transmitido ao clítico, via cadeia, satisfazendo assim o

Princípio de Projeção<sup>26</sup>. O clítico é, segundo Burzio (1986, apud COELHO, 2000), a parte visível do Caso marcado no verbo, o Caso acusativo. A presença de ambos, Caso e papel temático, em contextos como (77), explica o fato de tais clíticos poderem se alternar com SNs lexicais, como em (78):

- (78) a. Maria **lo** guarda **t**                    ‘Maria o olha’  
 b. Maria guarda **Giovanni**                ‘Maria olha Giovanni’

O clítico *si* em (78b) não tem significado reflexivo e nem permite a alternância com um SN lexical, por isso deve ser considerado um afixo. Se o clítico não tem função temática, também não pode ter traço de Caso. Na verdade, a presença desse afixo é, segundo o autor, um reflexo morfológico da perda do papel temático de sujeito, como está evidente em construções transitivas do tipo (79), em contraste com (80), no que segue:

- (79) a. Il vetro **si** rompe                    ‘O vidro se quebra’  
 b. \* Il vetro rompe **Giovanni**            ‘O vidro quebra Giovanni’

- (80) **Maria** rompe il vetro            ‘Maria quebra o vidro’

A alternância entre SN realizado como sujeito e o clítico *si* marca a derivação de construções inacusativas a partir de transitivas, semelhantes aos pares AVB/BV.

Embora em uma língua como o português o teste sintático referente à cliticização do *ne* e à seleção diferenciada dos auxiliares aspectuais não esteja disponível, como no italiano, algumas semelhanças de comportamento entre as duas línguas podem dar indícios de que o fenômeno da inacusatividade é um fenômeno universal. As construções com o clítico *se*, as construções passivas, as construções BV (do contraste entre AVB/BV), as construções existenciais e as construções com verbos do tipo *aparecer* e *chegar* são exemplos dessa possibilidade. Vejamos.

Em relação a estruturas com o elemento clítico, evidências do português mostram que, com verbos como *quebrar*, o clítico mais se parece com um afixo, enquanto em estruturas com verbos do tipo de *vestir*, o clítico reflexivo pode se alternar tanto com um clítico não

<sup>26</sup> Entende-se por Princípio de Projeção na Teoria Gerativa quando o papel temático é transmitido ao clítico, via cadeia.

reflexivo quanto com um SN lexical, à semelhança do italiano. Observe os exemplos do português que seguem.

(81) **Maria** quebrou o copo

- (82) a. O copo **se** quebrou **t**  
b. \* O copo **a** quebrou **t**  
c. \* O copo quebrou **a menina**

- (83) a. Maria **se** vestiu **t**  
b. Maria **a** vestiu **t**  
c. Maria vestiu **a menina**

Comparando as sentenças (82a) e (81) podemos observar que a alternância do clítico *se* com o SN lexical *Maria* realizado como sujeito (com traços de animacidade) marca, na verdade, que o clítico é um reflexo morfológico da perda do papel temático do sujeito *Maria*, derivando sentenças inacusativas a partir de transitivas (pares AVB/BV). Estudos mostram que o clítico não reflexivo no português já está desaparecendo, tornando-se bastante possível (e talvez muito mais recorrente) sentenças como (84a). Entretanto, o clítico reflexivo parece que não pode estar ausente, como a sentença em (84b) confirma.

- (84) a. **O copo** quebrou (O copo se quebrou)  
b. ??**A menina** vestiu (A menina se vestiu)

É importante salientar que a sentença em (84b) seria muito melhor, em português, se o argumento interno estivesse nulo.

Observemos, agora, as sentenças em (85), a seguir. Como a função temática do argumento externo *Maria* em (85a) realiza o papel temático de agente, parece natural dizermos que a ausência do clítico em (85d) evidencia a perda do sintagma que tem a função temática de agente (ou a de experienciador, por exemplo) e que a alternância de estruturas transitivas (AVB) para monoargumentais (BV) é um processo dessa natureza, como o paralelismo abaixo confirma:

- (85) a. Maria quebrou **o copo** com o martelo  
b. \* **O copo** quebrou o martelo  
c. **O copo** *se* quebrou  
d. **O copo** quebrou

No paradigma em (85), podemos observar que enquanto o verbo de uma construção transitiva seleciona um argumento externo e um argumento interno necessariamente, o verbo de uma construção inacusativa seleciona apenas um argumento interno, argumento que reflete a função temática de tema. Essas restrições seletivas, que permitem estabelecer diferenças entre os pares AVB/BV, também podem justificar a divisão dos verbos monoargumentais em duas classes autônomas.

Outro argumento de Burzio (1986; apud COELHO, 2000) a respeito do critério de inacusatividade, a propriedade de não atribuir Caso acusativo ao SN objeto de um verbo inacusativo, fundamenta-se nas explicações de Chomsky (1981) em relação às construções passivas. A morfologia passiva, segundo Chomsky, tem a propriedade de bloquear a atribuição da função temática externa à posição de especificador de VP. Além de não projetar uma função temática externa, o verbo passivo, devido a sua morfologia específica, perde a capacidade de atribuir Caso acusativo. Com base nessas duas propriedades da construção passiva, e observando que as construções com verbos como *chegar* manifestam efeitos semelhantes aos da passiva, Burzio propõe a seguinte generalização ‘um verbo atribui função temática externa se e somente se atribui Caso acusativo’, formalizando o que fica sendo conhecida na literatura como a *generalização de Burzio*.

A generalização de Burzio explica as diferenças entre os verbos intransitivos e inacusativos e implica dizer que os verbos intransitivos, assim como os verbos transitivos, têm a capacidade de atribuir Caso acusativo (mesmo que seja um objeto cognato), contrariamente aos verbos inacusativos. Essa proposta de inclusão de uma classe de verbos inacusativos à tradição gramatical assenta-se, portanto, em uma correlação entre a não-atribuição de papel temático à posição externa a  $V'$ , e a não-atribuição de Caso acusativo ao SN em posição de objeto. Isso significa que as estruturas inacusativas diferem das estruturas intransitivas em dois pontos: (1) só exibem como posição temática a posição interna a  $V'$ ; (2) ao SN dessa posição interna não é atribuído Caso acusativo (grifos nossos).

As evidências sintáticas verificadas em italiano (por Burzio) e em português mostram que nas línguas naturais existem duas espécies de verbos monoargumentais: os intransitivos e os inacusativos. Do ponto de vista sintático, os intransitivos são aqueles que selecionam argumentos externos e os inacusativos são aqueles que selecionam argumentos internos. Enquanto o primeiro pode ter um objeto cognato, o segundo na grande maioria das vezes não pode, como os paradigmas em (86) e (87), a seguir, exemplificam.

- (86) a. João **correu**  
b. João **correu** a corrida de São Silvestre (ou João correu a São Silvestre)
- (87) a. João **chegou**  
b\* João **chegou** uma chegada

Além das evidências sintáticas mostradas acima, há também evidências semânticas relacionadas aos diferentes papéis temáticos atribuídos aos argumentos externos e internos, que nos permitem distinguir os monoargumentais em classes distintas. Vejamos, então, algumas reflexões a seguir.

Retomamos, primeiramente, a discussão do papel temático apresentada na unidade 7. Os predicados (ou núcleos lexicais), tais como **verbos**, **nomes**, **adjetivos** e **preposições**, são elementos das sentenças que impõem condições semânticas sobre os constituintes que com eles compõem as pequenas cenas. As exigências semânticas estão relacionadas aos papéis dos participantes nas pequenas cenas. Vejamos, então, os principais papéis temáticos que são exigidos pelos verbos monoargumentais: intransitivos e inacusativos. São papéis de: a) agente – papel do ator que tem controle sobre a realização da ação e de b) tema – papel neutro do indivíduo ou do objeto.

As propriedades semânticas de **agente** e de **tema** indicam as propriedades daquele que é o desencadeador da ação (o agente) e daquele que é o objeto afetado (o tema), relacionadas em geral com os papéis temáticos dos verbos intransitivos e inacusativos, respectivamente. Dentro desta distribuição, espera-se encontrar para o argumento externo de um verbo intransitivo a propriedade de desencadeador e para o argumento de um verbo inacusativo a propriedade de ser afetado. Tomemos agora os exemplos em (88), a seguir, para confirmar ou não essa distribuição.

(88) a. João **correu a corrida de São Silvestre** no ano passado

(*João* – desencadeador da ação de *correr*)

(*a corrida de São Silvestre* – objeto afetado)

b. João **comprou um carro** no ano passado

(*João* – desencadeador da ação de *comprar*)

(*um carro* – objeto afetado)

Em (88b) há duas propriedades em jogo: *João* desencadeia o processo de comprar e *um carro* é o objeto afetado pela compra feita, pois se é verdade que João *comprou um carro* no ano passado, é verdade também que *João* foi o desencadeador da compra e que *um carro* foi o objeto comprado por João. Igualmente, em (88a), *João* e *a maratona* correspondem aos argumentos *João* e *um carro*. João tem a propriedade de desencadear o processo de corrida, pois se é verdade que *João correu no ano passado* é verdade que João foi o desencadeador desse processo, o agente. Além disso, *a corrida de São Silvestre* (objeto possível – cognato) foi o objeto afetado por João.

Vejamos agora (89):

(89) a. A encomenda **chegou** no ano passado

(*A encomenda* – objeto afetado)

b. João **chegou** no ano passado

(*João* – objeto afetado)

Em (89a), *a encomenda* é o objeto afetado, pois se é verdade que *A encomenda chegou no ano passado* é verdade também que *A encomenda* mudou de um estado A para outro B, o de não estar mais em algum lugar e o de chegar em um outro lugar. O mesmo poderíamos dizer para (89b), *João* é o objeto afetado, pois se é verdade que *João chegou no ano passado* é verdade também que ele mudou de um estado A para outro B, o de não estar mais em algum lugar e o de chegar em um outro lugar. O objeto afetado é conhecido na literatura como **tema**. Compare agora (89) com (90), no que segue.

(90) a. **O copo** se quebrou  
(*O copo* – objeto afetado)

b. **O copo** quebrou  
(*O copo* – objeto afetado)

Em (90), o sintagma *o copo* também tem a propriedade de mudar de um estado A para um estado B (estava inteiro e se quebrou), é portanto, o objeto afetado, ou seja, o tema. O mesmo papel de tema é atribuído ao sintagma *o copo* da sentença transitiva em (91). Vejamos as semelhanças ilustradas em (91)a e (91)b.

(91) a. João quebrou **o copo** (com o martelo) na última semana  
b. João quebrou **o copo** (com o empurrão que levou) na última semana

Ao sintagma *o copo*, tanto em (91a) quanto em (91b), portanto, é atribuído o papel de tema, por ser o objeto que foi afetado pela mudança de um estado A para um estado B. Notem vocês que o sintagma que exerce a função de objeto direto de um verbo transitivo como *quebrar* é muito parecido com o sintagma que exerce a função de sujeito de um verbo inacusativo como *chegar*: ambos são argumentos internos.

Resumindo as questões discutidas nesta Unidade, podemos dizer que existem argumentos para supor dois tipos de verbos monoargumentais nas línguas naturais: os **intransitivos** e os **inacusativos** e que há diferenças sintáticas e semânticas atribuídas a cada um deles. Sistematizamos a seguir essas propriedades:

### 1) verbos intransitivos:

- **exigência sintática**: selecionam argumento externo e exibem uma posição estrutural temática, a de sujeito, mas potencialmente podem exibir uma posição temática de objeto (se for um objeto cognato);
- **exigência semântica**: o argumento externo é marcado tematicamente com a propriedade de ser o desencadeador da ação manifestada pelo verbo (o agente).

## 2) verbos inacusativos:

- **exigência sintática:** só exibem uma posição estrutural temática, a de objeto, e o objeto direto não recebe caso acusativo (ou seja, não admite se cliticizar);
- **exigência semântica:** argumento interno é marcado tematicamente com a propriedade de objeto afetado (o tema).

## LEITURAS COMPLEMENTARES

COELHO, Izete Lehmkhul. A ordem V NP em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica. *Letras de Hoje*. Porto Alegre. V. 35, n. 1, p. 47-73. 2000.

COELHO, Izete Lehmhuhl; MONGUILHOTT, Isabel; MARTINS, Marco Antonio; COSTA, Sueli & MAFRA, Gésyka. O estatuto das construções monoargumentais no PB: por trás das frequências. In: Paulino Vandresem. (Org.). *Variação, Mudança e Contato Lingüístico no Português da Região Sul*. Pelotas: EDUCAT, 2006, p. 205-225.

MIOTO, Carlos; FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina; LOPES, Ruth. *Novo Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular, 2004 (capítulos 2, 3 e 4).

## Temática IV - DISTRIBUIÇÃO DOS CONSTITUINTES NA SENTENÇA

Sabemos que as línguas naturais colocam à disposição dos falantes várias possibilidades de ordenação dos constituintes para que as pessoas possam expressar os eventos observados no mundo<sup>27</sup>. A ordem dos constituintes (e/ou das palavras) está relacionada à estrutura da sentença de uma língua (i.e. à estrutura da pequena cena). Um fato observável nas línguas particulares é que há freqüentemente variação na ordem de palavras<sup>28</sup>. Mesmo havendo variação, cada língua elege uma ordem como a dominante. Na língua portuguesa e em LIBRAS, por exemplo, a ordenação básica de seus constituintes parece seguir a mesma hierarquia: SVO (sujeito-verbo-objeto), na grande maioria dos casos.

Consideremos, então, na discussão apresentada na Unidade 8, o caso do português (do Brasil). Como já vimos no decorrer deste livro-texto, o estudo da sintaxe está relacionado à combinação entre palavras para formar sentenças. Essa combinação entre as palavras de uma língua não é aleatória, pelo contrário, segue algumas regras. Unidades menores formam unidades maiores, hierarquicamente organizadas, formando os sintagmas. A união dos sintagmas forma as sentenças.

Na unidade 8, subsequente, vamos tratar da ordem dos constituintes nas sentenças e de alguns efeitos discursivos do movimento dos constituintes.

### Unidade 8. Ordem dos constituintes

Cada falante, diante de um mesmo evento, pode expressar esse evento de maneiras diferentes. Os vários constituintes de uma sentença podem ser colocados em diferentes posições na sentença para expressar diferentes efeitos discursivos. Em várias posições, sim, mas não em todas ou em qualquer posição.

Consideremos, primeiro, a ordem linear dos constituintes. Uma sentença é bem formada no português quando a estrutura hierárquica de seus constituintes obedece a algumas restrições. Vejamos as seguintes sentenças em (92):

---

<sup>27</sup> Como vocês já viram, na unidade 1, por constituinte entendemos certos grupos de unidades que fazem parte de seqüências maiores, mas que mostram certo grau de coesão entre eles.

<sup>28</sup> Sobre a variação da ordem sujeito-verbo/verbo-sujeito no português do Brasil veja Coelho (2000).

- (92) a. A Maria comprou um bolo de chocolate para a festa de sábado  
 b. ? Comprou **a Maria** um bolo de chocolate para a festa de sábado  
 c. ? A Maria **um bolo de chocolate** comprou para a festa de sábado  
 d. **Para a festa de sábado** a Maria comprou um bolo de chocolate

Os exemplos em (92) apresentam alguns constituintes que se organizam na sentença de forma variável. São eles, o sujeito, o verbo, o objeto direto e um adjunto adverbial. Sem pôr nenhum dos constituintes que se relacionam com o verbo **comprar** (Maria, o bolo de chocolate) em evidência, podemos dizer que apenas (92a) e (92e) são construções boas no português do Brasil<sup>29</sup>. Em (92a), o sujeito (a Maria) antecede o verbo (comer) e o verbo antecede o objeto (o bolo de chocolate). Essa parece ser de fato a construção transitiva canônica do português, na ordem SVO. No caso dos exemplos (92b) e (92c) não são sentenças bem aceitas no português (ou pelo menos não muito comuns). Já a sentença (92e) é boa, pois o elemento deslocado é um termo adjunto, e não argumental. A liberdade de ordenação dos constituintes adjuntos permite as seguintes variações, exemplificadas em (93), a seguir.

- (93) a. A Maria comprou um bolo de chocolate **para a festa de sábado**  
 b. **Para a festa de sábado** a Maria comprou um bolo de chocolate  
 c. A Maria **para a festa de sábado** comprou um bolo de chocolate  
 d. A Maria comprou **para a festa de sábado** um bolo de chocolate

Quando o constituinte é argumento do predicado, no entanto, as possibilidades de ordenação ficam bastante restritas. Retomemos primeiramente a questão do movimento de parte dos constituintes, como em (94).

- (94) a. A Maria comprou **um bolo de chocolate** para a festa de sábado  
 b. **Um bolo de chocolate** a Maria comprou para a festa de sábado  
 c. \* **Um bolo** a Maria **de chocolate** comprou para a festa de sábado  
 d. \* A Maria comprou **um bolo** para a festa **de chocolate** de sábado  
 e. \* A Maria comprou **um bolo** para a festa de sábado **de chocolate**

---

<sup>29</sup> Para um estudo diacrônico da ordenação de constituintes no português do Brasil, sugerimos a leitura do artigo de Coelho, Monguilhott e Martins (2008).

Enquanto a ordem SVO é irrestrita, a ordem OSV só é boa porque o constituinte que figura como objeto está no topo da sentença (94b). Mas (94c), (94d) e (94e) não são sentenças boas no português (do Brasil), pois não é possível deslocarem-se partes de constituintes nem seqüências que não formem um constituinte.

Considere, então, as sentenças em (95).

- (95) a. ?**Um bolo de chocolate** comprou a Maria para a festa de sábado  
b. ?A Maria **um bolo de chocolate** comprou para a festa de sábado

Note você que mesmo envolvendo movimento de todo o constituinte [**um bolo de chocolate**], (94a) e (94b) são sentenças bem melhores do que (95a) e (95b) no português. O que explicaria a possibilidade de pospor ou de antepor o sujeito e o objeto em (95)?

Baseados na teoria de Princípios e Parâmetros, podemos dizer que há línguas de núcleo inicial (verbo-complemento) e línguas de núcleo final (complemento-verbo). O português figura como uma língua de núcleo inicial, ou seja, prefere a ordem verbo-complemento, como os exemplos acima evidenciam. Essas duas opções compõem o que é denominado de *parâmetro de direcionalidade*, segundo o qual algumas línguas humanas tomam a opção verbo-complemento como o inglês, por exemplo, e outras a opção complemento-verbo, como japonês.

Sabe-se que a tarefa da criança na época de aquisição da linguagem será a de marcar uma dessas opções baseando-se nas evidências empíricas a que está exposta. Como nas evidências do português o complemento vem preferencialmente depois do verbo, é natural que a criança, que tem como língua natural o português, marque o parâmetro de ordem verbo-complemento como o parâmetro de sua língua.

Considere agora outros exemplos:

- (96) a. **O bolo de chocolate** chegou  
b. Chegou **o bolo de chocolate**

O que explicaria a possibilidade de **pospor** ou de **antepor** o sujeito em (96), na gramática do português?

Como já discutimos na unidade anterior, verbos como **chegar** selecionam um argumento interno (e não um argumento externo). Como esse é o único argumento selecionado, pode aparecer no português na posição de complemento (posição de base) ou na posição do sujeito, já que esse tipo de verbo não vai selecionar argumento externo. Lembre-se de que, de acordo com a hierarquia do sujeito, um argumento tema pode vir a ser o sujeito da sentença na falta de qualquer um outro argumento que receba papel temático, quando, por exemplo, o verbo apenas selecionar argumentos internos (e não externos).

Há restrições semânticas de combinação de verbos e possíveis sintagmas com determinados papéis temáticos e Caso<sup>30</sup>. Caso nominativo está diretamente relacionado, no português, à marcação da concordância sujeito-verbo e caso acusativo à não-marcação da concordância, como já colocamos na unidade 5.

Na teoria gerativa, costumamos dizer que as (im)possibilidades de combinação de determinados constituintes e as (im)possibilidades de movimentos desses constituintes podem levar a ordenações diferentes de uma sentença, produzindo o que se conhece como variação intra-lingüística (dentro da própria língua) ou variação inter-lingüística (entre mais de uma língua, como diferenças entre o português e línguas de sinais brasileira, por exemplo).

É importante notar que a ordem verbo–sujeito para sentenças como (95) soa pouco natural no português do Brasil<sup>31</sup>, enquanto a mesma ordem é muito boa para sentenças como (96). No primeiro caso, temos um verbo de dois lugares (ou transitivo) e no segundo caso, um verbo de um lugar (ou inacusativo). Parece que o português prefere a ordem posposta para o sujeito quando a construção é inacusativa. Há restrições, portanto, de movimento dos constituintes atrelado ao tipo de verbo (ou item lexical).

Além disso, as evidências em (97) mostram que o português do Brasil exige marcação de concordância entre sujeito-verbo quando o sujeito estiver anteposto ao verbo, e admite não concordância quando ele estiver posposto.

- (97) a. **A Maria e o João compraram** um bolo de chocolate para a festa de sábado  
b.?? A Maria e o João **comprou dois bolos de chocolate** para a festa de sábado  
c. **O bolo de chocolate e o sorvete chegaram**

---

<sup>30</sup> Além do papel temático, a atribuição de Caso nominativo também contribui para a marcação da configuração da sentença.

<sup>31</sup> Estamos considerando aqui Português do Brasil, pois estudos mostram que no Português de Portugal há outras possibilidades de variação da ordem do sujeito.

- d. ?? **O bolo de chocolate e o sorvete chegou**<sup>32</sup>  
e. Chegaram/Chegou<sup>33</sup> **o bolo de chocolate e o sorvete**

No que se refere à ordem dos constituintes que fazem parte do sintagma verbal, quando o verbo é bitransitivo, ou seja, quando é um verbo de três lugares, a ordem dos complementos é geralmente Verbo-Objeto Direto-Objeto Indireto (VODOI), com o OD ocupando a posição à direita do verbo e o OI ocupando a posição à direita do OD. Mas, diferentemente do que acontece com a ordem dos constituintes que figuram nas sentenças transitivas como sujeito, a ordem VOIOD caracteriza uma sentença boa no português, como os exemplos em (98) ilustram:

- (98) a. Maria deu **o bolo de chocolate** para João  
b. Maria deu para o João **o bolo de chocolate**

Quando o argumento está representado por um clítico, o clítico vai necessariamente acompanhar o verbo, como em (99a), por isso (99b) não é uma sentença boa. Agora, quando o clítico é trocado por um pronome tônico, a variação da ordem VODOI/VOIOD é possível.

- (99) a. Maria deu-**lhe** o bolo de chocolate  
b. \* Maria deu o bolo de chocolate **lhe**  
c. Maria deu o bolo de chocolate **para ele**  
d. Maria deu **para ele** o bolo de chocolate

Há ainda uma outra possibilidade de movimento de constituintes nas línguas, atrelado a efeitos discursivos diversos. Quando deslocamos um constituinte como **o bolo de chocolate** ou **para a festa de sábado** para o início da sentença, estamos colocando esse constituinte em uma posição de tópico na sentença (isto é, no topo da sentença), como os exemplos em (100), abaixo, ilustram.

---

<sup>32</sup> Sabemos que pessoas não escolarizadas muitas vezes não marcam a concordância entre sujeito-verbo. Como não estamos discutindo variação estilística, o critério de gramaticalidade usado por nós leva em consideração a concordância canônica entre sujeito-verbo.

<sup>33</sup> Sugerimos agora que você leia a dissertação de Mestrado de Monguilhott (2001) a respeito da variação da concordância verbal.

- (100) a. **A Maria**, (ela) comprou o bolo de chocolate para a festa do sábado  
b. **O bolo de chocolate**, a Maria comprou (ele) para a festa do sábado  
c. **Para a festa do sábado**, a Maria comprou o bolo de chocolate

Esse tipo de deslocamento é chamado de **topicalização**. Em (100b), o objeto direto é que foi topicalizado e, em (100c), foi o advérbio de tempo. Já em (100a), notamos uma espécie de redobramento do sujeito (ou sujeito duplo). Nesse caso, *A Maria* é considerada o tópico da sentença e *ela* o sujeito gramatical. Esse último fenômeno tem sido cada vez mais freqüente no português do Brasil, principalmente em língua oral.

De maneira geral, o tópico é um constituinte já conhecido no discurso (ou inferível). É sobre ele que vai se fazer uma declaração:

- sobre **a Maria**, ela comprou o bolo...
- sobre **o bolo**, a Maria comprou ele para a festa...
- para **a festa**, a Maria comprou o bolo...

Podemos, ainda, deslocar constituintes na sentença para realizar uma operação de focalização, como ilustram os exemplos em (101).

- (101) a. **A MARIA** comprou o bolo de chocolate para a festa do sábado (e não a Joana)  
b. **O BOLO DE CHOCOLATE** a Maria comprou para a festa do sábado (e não o bolo de laranja)  
c. **PARA A FESTA DO SÁBADO** a Maria comprou o bolo de chocolate (e não para a festa do domingo)

Neste caso, os constituintes em destaque são informações novas, que não podem ser retomadas por um pronome. Em (101a), o sujeito é focalizado, em (101b) o objeto e em (101c) o adjunto. Em todos os três casos, o foco é contrastivo. Esse foco pode ser também

evidenciado em português através da operação de clivagem<sup>34</sup>. Vejamos agora os exemplos em (102):

- (102) a. **Foi A MARIA que** comprou o bolo de chocolate para a festa do sábado  
b. **Foi O BOLO DE CHOCOLATE que** a Maria comprou para a festa do sábado  
c. **Foi PARA A FESTA DO SÁBADO que** a Maria comprou o bolo de chocolate

Na operação de focalização com o uso de “é que” nas orações em (102), os constituintes se deslocam para uma posição mais alta e ficam “sanduichados”, isto é ficam entre o **verbo ser** e o conector **que (é que)**, criando o efeito discursivo conhecido como **focalização contrastiva**. O verbo ser (foi) e o conectivo (que), considerados na literatura como elementos de clivagem, são usados para criarem efeitos discursivos de focalização. Vejamos.

- em (102a), podemos dizer que o foco recai no sujeito, foi **a Maria** e não outra pessoa quem comprou o bolo;
- em (102b), o foco recai no constituinte objeto direto, foi **o bolo de chocolate** e não o de laranja;
- em (102c), o foco recai no constituinte **a festa de sábado** e não a festa de domingo; foco no adjunto.

Em síntese, como fecho dessa unidade 8, alguns fenômenos na língua, que constituem evidência sintática para o fato de que a sentença é uma estrutura hierárquica de constituintes, são relacionados às possibilidades de distribuição dos constituintes em diversas posições na sentença. Há nas línguas humanas restrições sintáticas relacionadas a papel temático e a caso (em especial ao caso nominativo, por questões de marcação de concordância entre o verbo e sujeito). Tais restrições, de certa forma, impõem uma hierarquia dos constituintes que figuram como sujeito e como complemento nas sentenças. Além das sentenças básicas, o movimento de constituintes a posições deslocadas como a posição inicial geralmente acontece para criar

---

<sup>34</sup> Entende-se por operação de clivagem a possibilidade de se fazer uma focalização através do uso do expletivo **é que**.

efeitos discursivos diversos. Ressaltam-se aqui as operações de topicalização e as de focalização.

### **LEITURAS COMPLEMENTARES**

BERLINCK, Rosane de Andrade; AUGUSTO, Marina R. A.; SCHER, Ana Paula. *Sintaxe*.

In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). São Paulo: Cortez, 2001.

NEGRÃO, Esmeralda; SCHER, Ana Paula; VIOTTI, Evani de Carvalho. *Sintaxe: explorando a estrutura da sentença*. In: FIORIN, José Luiz (org.) *Introdução à Lingüística II: Princípios de análise*. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir Becker. *Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que a leitura deste livro-texto tenha auxiliado você na construção de um novo caminho no que se refere ao estudo da sintaxe. De um modo geral, o objetivo do curso *Sintaxe* foi o de discutir alguns fenômenos sintáticos das línguas naturais à luz da teoria de Princípios e Parâmetros. A teoria de Princípios e Parâmetros passou (e ainda passa na atualidade, com os desdobramentos do Programa Minimalista) por diferentes estágios e modelos na tentativa de descrever e explicar o conhecimento lingüístico que um falante tem quando adquire e/ou aprende uma língua.

Em síntese, e com jeito de conclusão, vimos que a capacidade de adquirir língua é uma dotação genética da espécie humana, ou, por outros termos, todo ser humano, em condições fisiológicas normais, nascido numa grande metrópole ou numa tribo indígena, quando exposto a dados lingüísticos é competente para adquirir língua. A Gramática Universal (GU) é uma teoria sobre o estágio inicial da *Faculdade da Linguagem* (FL) e é constituída de Princípios (universais para todas as línguas) e Parâmetros (variáveis entre as línguas). O estudo da sintaxe sob essa perspectiva é o estudo das propriedades estruturais que definem as gramáticas das línguas particulares, tendo por base os Princípios e Parâmetros da GU. Essa foi a temática das Unidades 1 e 2.

Nas demais Unidades deste livro-texto, nos voltamos ao “funcionamento” da sintaxe, propriamente dito. Vimos que na derivação de objetos na sintaxe, ou seja, na formação de constituintes mais elaborados a partir de átomos lingüísticos, as gramáticas das línguas particulares dispõem de núcleos lexicais (podem ser classificados em verbais [+V; -N], nominais [-V; +N], adjetivais [+V; +N] e preposicionais [-V; -N]) e núcleos funcionais – ou gramaticais. Esses núcleos são denominados predicados e selecionam sintática e semanticamente seus argumentos, o que implica dizer que os predicados impõem exigências sintáticas e semânticas aos seus argumentos. Abordamos, na Unidade 8, o estudo da distribuição dos constituintes na sentença e vimos que as restrições sintático-semânticas determinam uma hierarquia entre esses constituintes que podem aparecer na posição de sujeito e de complemento.

Como dito na introdução, a teoria de Princípios e Parâmetros, tal como introdutoriamente apresentada neste livro-texto, é uma possibilidade, talvez nova para muitos deste curso de *Sintaxe*, para o estudo de fenômenos sintáticos das línguas humanas. Essa

teoria tem sido, desde a década de 80, um campo fértil de debates e descobertas relacionados ao conhecimento lingüístico que um indivíduo tem quando sabe (fala) uma língua particular.

## BIBLIOGRAFIA GERAL

- BERLINCK, Rosane de Andrade; AUGUSTO, Marina R. A.; SCHER, Ana Paula. *Sintaxe*. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). São Paulo: Cortez, 2001.
- CHOMSKY, Noam & Howard, LASNIK. The Theory of Principles and Parameters. In: Noam Chomsky. *The Minimalist Program*. Massachusetts, MIT PRESS, 1995, pp. 13–127.
- CHOMSKY, Noan. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- CHOMSKY, Noan. *Knowledge of language: Its nature, origin and use*. New York: Praeger, 1986.
- COELHO, Izete Lehmkuhl. A ordem V NP em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica. *Letras de Hoje*. Porto Alegre. V. 35, n. 1, p. 47-73. 2000.
- COELHO, Izete Lehmkuhl; MONGUILHOTT, Isabel & MARTINS, Marco Antonio. Estudo diacrônico da inversão sujeito-verbo no PB: fenômenos correlacionados. In. Cláudia Roncarati & Juçara Abraçado (orgs.) *Português Brasileiro II – contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Niterói: EdUFF, 2008, pp. 137-136.
- COELHO, Izete Lehmkuhl; MONGUILHOTT, Isabel; MARTINS, Marco Antonio; COSTA, Sueli & MAFRA, Géykyka. O estatuto das construções monoargumentais no PB: por trás das frequências. In: Paulino Vandresem. (Org.). *Variação, Mudança e Contato Lingüístico no Português da Região Sul*. Pelotas: EDUCAT, 2006, p. 205-225.
- LISBOA DE LIZ, Lucilene. *Triargumentais: uma abordagem minimalista*. (Projeto de doutorado) UFSC, 2005.
- MARTINS, Marco Antonio. *Entre estrutura, variação e mudança: uma análise sincrônica das construções com SE indeterminador no Português do Brasil*. Florianópolis: UFSC. Dissertação de mestrado. 2005.
- MATEUS, Maria Helena Mira; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês & FARIA, Isabel Hub (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. 6ª ed. Lisboa: Caminho.
- MATTOSO CÂMARA JR. Joaquim. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 26ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1970.
- MIOTO, Carlos; FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina; LOPES, Ruth. *Novo Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular, 2004.

MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva. Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala dos florianopolitanos. Florianópolis: UFSC. Dissertação de Mestrado, 2001.

NEGRÃO, Esmeralda; SCHER, Ana Paula; VIOTTI, Evani de Carvalho. A competência lingüística. In: FIORIN, José Luiz (org.) *Introdução à Lingüística I: Objetos teóricos*. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. Sintaxe: explorando a estrutura da sentença. In: FIORIN, José Luiz (org.) *Introdução à Lingüística II: Princípios de análise*. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

PERINI, Mário. *Para uma nova gramática do Português*. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. *Gramática descritiva do Português*. São Paulo: Ática, 1995.

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir Becker. *Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RAPOSO, Eduardo Paiva. *Teoria da gramática. A faculdade da linguagem*. 2. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.

ROCHA, Luiz C. de A. Estruturas morfológicas do português. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.